

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GOIÁS

WEUDINEY RODRIGUES DOS SANTOS

OS IMPACTOS DO CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR SOBRE O CULTIVO DE
ALIMENTOS EM ITABERAÍ (GO)

GOIÁS-GO
2011

WEUDINEY RODRIGUES DOS SANTOS

**OS IMPACTOS DO CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR SOBRE O CULTIVO DE
ALIMENTOS EM ITABERAÍ (GO)**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual de Goiás / Unidade de Goiás, como requisito final, para a obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Karla Annyelly Teixeira
de Oliveira

**GOIÁS-GO
2011**



Universidade Estadual de Goiás
Unidade Universitária da Cidade de Goiás
Coordenação do Curso de Geografia

OS IMPACTOS DO CULTIVO DA CANA-DE-AÇÚCAR SOBRE O CULTIVO DE ALIMENTOS EM ITABERAÍ (GO)

Weudiney Rodrigues dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, da Unidade Universitária de Goiás como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado(a) em Geografia

24 de novembro de 2011

Comissão Examinadora:

Prof. Ms. Karla Annyelly Teixeira de Oliveira – UnU/UEG -Orientadora

Prof. Dr. Murilo Mendonça Oliveira de Souza – UnU/UEG – Examinador

Prof. Ms. Robson de Sousa Moraes – UnU/UEG – Examinador

À minha família, que mesmo sem condições de me apoiar financeiramente, sempre foram meus motivadores.

A todo corpo docente, e de modo especial à minha orientadora, Karla Annyelly Teixeira de Oliveira.

A todos os amigos que, ao longo desses anos, muito contribuíram para o meu aprendizado e crescimento.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade que me foi concedida de chegar até o final desse curso, que sempre almejei.

Agradeço também de maneira especial a professora Karla Annyelly Teixeira de Oliveira, e ao meu co-orientador José Braga Coelho pela disponibilidade e dedicação ao longo das etapas realizadas até a conclusão desse trabalho.

À minha família que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e acreditando que eu seria capaz de alcançar esse objetivo, mesmo diante de todas as impossibilidades creditadas em nossas vidas. Agradeço também à minha namorada Alexandra R. Francisco de Assis, pelo apoio e compreensão neste trabalho.

Também não me esqueci dos meus professores: José Vicente, Adão Professor, Jôsirene César Rodrigues (diretora em 2005 do Colégio Estadual Deputado José Alves de Assis), que ano de 2005, quando eu e minha família estávamos passando fome deram a mão e foram cruciais para minha continuidade na escola e posteriormente na universidade. A todos os demais professores que tive no Ensino Fundamental e Médio, principalmente de Geografia (Lourival, Vantessilvo, Ericson Martins, professora Rosa), por mais que com alguns minha convivência tenha sido conturbada, mas que nunca desprezei a importância de seus trabalhos.

A todo corpo docente, que contribuiu muito não somente para minha formação acadêmica, mas também para minha formação social e o meu aprendizado, através da mediação do conhecimento geográfico e de muitas outras experiências importantes. Agradeço de maneira especial os professores: Pedro Viera, Vanilton Camilo de Souza e Marcelo Melo, pela competência e humildade na arte de mediar o conhecimento, principalmente aliando teoria e prática, que sempre se dispuseram a ajudar a todos os alunos em seus momentos de dificuldades utilizando palavras de ânimo acreditando que todos nós éramos capazes de tudo que almejamos, respeitando as diferenças e buscando excelência no ensino.

Professores Robson de Moraes, Murilo Souza, à professora Auristela Afonso da Costa e ao diretor Flávio Antonio dos Santos, agradeço também pelas competências como docentes preocupados com a qualidade do ensino, e mais que isso: pelas lutas em defesa dos interesses coletivos, da ética e da qualidade de ensino dentro da Universidade Estadual de Goiás.

A todos os meus amigos, que compartilhamos momentos de lutas, derrotas, vitórias e entendimentos, e também aos meus inimigos, os quais não conseguimos chegar a

um ponto de consenso, e que às vezes ultrapassamos as barreiras do diálogo científico, pois afinal nada se perde, tudo se ganha, o que aprendemos de bom é para o nosso bem, e o que aprendemos de ruim também é importante em momentos em que temos de encarar a realidade à altura que se deve.

Dedico também, de modo especial, àqueles professores que sempre defenderam interesses próprios dentro da Universidade Estadual de Goiás, que sempre olharam somente para o próprio nariz, e que por motivos políticos de representatividade coletiva tivemos que nos ater em debates em que muitos deles, levaram não só ao campo político, mas levaram também ao dia-dia da sala de aula, e se esconderam atrás da falsa imagem de “bons representantes”, que, no entanto não foram suficientes para que alcançassem seus objetivos: suprimir as reivindicações estudantis dentro da UEG UnU de Goiás.

Não poderia deixar de agradecer a todos/as amigos/as do curso de Geografia, pois foi ali que construí uma nova família, uma nova realidade de vida e uma nova visão de mundo. Família, esta, composta de diferentes pessoas com diferentes hábitos, mas que sempre somaram coisas boas para a minha vida.

Agradeço, de forma especial, aos meus amigos e amigas: Gabriel Gomes Viana, Rodrigo de Almeida Dias, Maria Cristina, Renata, Julimar Dias, Natália Mesquita, Nábio Vannut, Vanessa Marques, e demais.

De forma especial a Antonio Marcos Moreira dos Santos, que foi decisivo em minha permanência na cidade de Goiás, que em não raros momentos, me ajudou a procurar emprego, me emprestou o nome para comprar no supermercado, etc.

Ao meu amigo Ronaldo da Silva Pinheiro, que além de grande amigo, foi companheiro de lutas no movimento estudantil UEG Levada à Sério e que em diversos momentos nos atemos a lutar em defesa da qualidade de ensino e da ética na UEG, além de ouvir xingamentos, chacotas e tomar portadas na cara em prol dos estudantes da UEG.

Enfim, agradeço a todos/as aqueles/as que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho, e desde já deixo o meu muito obrigado por terem colaborado por esta conquista em minha vida.

...Devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O mundo tal como nos fazem vê-lo; o mundo como ele é; e o mundo como ele pode ser.

(Santos, Milton, 2001)

RESUMO

A produção de cana-de-açúcar no Brasil atualmente é reflexo de um incentivo que foi crucial para alavancar o setor canavieiro brasileiro: o Proalcool (Programa Nacional do Alcool). Esse programa foi criado em 1975 com a finalidade de se diversificar a matriz energética brasileira frente à crise mundial do petróleo, até então sua principal fonte energética. A partir do Proalcool a cultura da cana-de-açúcar se espalhou pelo Brasil, chegando com intensidade inicialmente no sudeste e nordeste do país, depois se espalhando para o Sul e Centro Oeste. Essa nova modalidade agrícola, muito rentável e competitiva no mercado tem provocado polêmicas sobre sua sustentabilidade e sua capacidade de desequilibrar a produção de outros alimentos, como arroz e feijão, alimento básico do brasileiro. No estado de Goiás a cana-de-açúcar tem se concentrado nas porções sul e centro do estado, com diversas usinas em operação ou em fase de implantação. O trabalho tem por objetivo analisar se a cultura da cana-de-açúcar tem substituído a produção agrícola de alimentos em Itaberaí (GO), principalmente de arroz e feijão. Os princípios metodológicos consistiram em levantamento de informações prévias sobre a área, visita de campo, entrevista com trabalhadores nas lavouras de cana-de-açúcar, produtores agrícolas e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO). No município de Itaberaí (GO) dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Seplan (Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás) apontam quedas acentuadas na produção e na área plantada de arroz e feijão no período de 2000 a 2009, enquanto a produção e a área plantada com cana de açúcar subiram muito neste mesmo período no município. Essa expansão da agricultura canavieira no município tem ocorrido, por enquanto, nas médias e grandes propriedades do agronegócio, mas tem afetado a produção de alimentos. Muitas propriedades do agronegócio no município de Itaberaí (GO) deixaram de produzir alimentos, como arroz e feijão, por exemplo, para cultivarem cana-de-açúcar, principalmente no sistema de arrendamento de terras. O cultivo da cana-de-açúcar é mais rentável e menos trabalhoso que o de outros alimentos, esses são alguns dos motivos que tem levado os produtores agrícolas de Itaberaí (GO) a migrarem para essa nova modalidade agrícola. Com isso a queda na produção de arroz e feijão se acentua, associado ao fato de os pequenos agricultores terem praticamente deixado de produzir esses dois alimentos em função das desvantagens na relação custo-benefício.

PALAVRAS-CHAVE: Proalcool.cana-de-açúcar.agricultura.alimentos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Gráfico 01: Produção de cana-de-açúcar no Brasil de 1948 a 2008.

Figura 02 - Mapa 01: Mapa de Relevo do estado de Goiás.

Figura 03 - Gráfico 02: Gráfico da Produção de Cana-de-açúcar de 2000 a 2009 por Mesorregião de Goiás (Toneladas).

Figura 04 - Mapa 02: Mapa de distribuição das usinas de açúcar e/ou álcool em Goiás no ano de 2007.

Figura 05 - Gráfico 03: Produção de Cana-de-açúcar de 2000 a 2009 por Microrregião de Goiás (Toneladas).

Figura 06 - Mapa 03: Mapa das mesorregiões de Goiás.

Figura 07 - Quadro 01: Destilarias no Estado de Goiás no Período de 200 a 2009.

Figura 08 - Gráfico 04: Produção total de cana-de-açúcar na Microrregião de Anápolis de 2000 a 2009.

Figura 09 - Gráfico 05: Produção total de cana-de-açúcar em Americano do Brasil, Itaberaí (GO), Inhumas (GO) e Itapuranga (GO) de 2000 a 2009.

Figura 10 - Gráfico 06: Produção total de cana-de-açúcar em Americano do Brasil (GO), Itaberaí (GO), Inhumas (GO) e Itapuranga (GO) de 2000 a 2009.

Figura 11 - Gráfico 07: Produção Agrícola de Itaberaí de 2000 a 2009.

Figura 12 - Gráfico 08: Área plantada do município de Itaberaí (GO) de 2000 a 2009.

Figura 13 - Foto 01: Lavoura de cana-de-açúcar dividindo espaço com lavoura de soja às margens da GO 070, no município de Itaberaí-GO.

Figura 14 - Mapa 04: Área de imóveis rurais brasileiros.

Figura 15 - Mapa 05: Distribuição da geração de emprego do etanol e do petróleo no Brasil.

Figura 16 - Foto 04: Escritório da Centroálcool localizado na no setor Vila Progresso, uma das empresas sucroalcooleiras que atuam no município de Itaberaí (GO).

Figura 17 - Foto 05: Pit Dog (no centro da foto), um dos pontos de saída dos trabalhadores da Centroálcool, ao fundo à esquerda o escritório da empresa mostrado na figura 04.

Figura 18 - Gráfico 09: Origem dos Trabalhadores na Lavoura de Cana-de-Açúcar em Itaberaí (GO).

Figura 19 - Gráfico 10: Trabalhos anteriores dos trabalhadores da Lavoura de Cana-de-Açúcar em Itaberaí (GO).

Figura 20 - Foto 06: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO).

Figura 21 - Foto 07: Placa da obra da futura usina da empresa Vale Verde, pertencente ao Grupo Farias.

Figura 22 - Foto 08: Lavoura de Cana-de-Açúcar na Fazenda Laranjeira.

Figura 23 - Foto 09: Lavoura de Cana-de-Açúcar na Fazenda Laranjeira.

Figura 24 - Foto 10: Lavoura de Cana-de-Açúcar no Lugar da Lavoura de Arroz na Fazenda Renata.

Figura 25 - Foto 11: Granja ao Lado da Lavoura de Cana-de-Açúcar

na Fazenda Renata.

Figura 26 - Foto 12: Canavial ao lado de um laranjal na fazenda Estrela.

Figura 27 - Foto 13: Laranjal na Fazenda Estrela.

Figura 28 - Foto 14 – Confinamento à esquerda e lavoura de milho ao fundo.
ao Lado da Lavoura de Cana-de-Açúcar na Fazenda Estrela.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1 PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR EM ITABERAÍ-GO.....	15
1.1 O Proalcool, a Corrida Energética do Século XXI e a Atual Produção de Cana-de-Açúcar no Brasil	15
1.2 Produção de Cana-de-Açúcar no Estado de Goiás	19
1.3 Produção de Cana-de-Açúcar em Itaberaí (GO)	29
2 AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR: PERSPECTIVAS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.....	35
2.1 Agronegócio e Agricultura Familiar na Produção de Alimentos: Leituras Teóricas	35
2.1.1 Agronegócio	36
2.1.2 Agricultura Familiar	38
2.1.3 Camponês	47
2.2 Agroindústria e Trabalho Camponês na Produção da Cana-de-Açúcar e Alimentos Em Itaberaí (GO)	53
2.2.1 O Trabalho na Agroindústria Canavieira no Município de Itaberaí (GO)	53
3 IMPACTOS DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM ITABERAÍ (GO).....	64
3.1 Ambiente e Impacto Ambiental.....	64
3.2 Trabalho na Produção de Cana-de-Açúcar.....	65
3.2.1 A Tentativa de Supressão da Agricultura Familiar Pelo Agronegócio	65
3.2.2 A Substituição do Agronegócio do Cultivo de Alimentos Pelo do Cultivo da Cana-de-Açúcar.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES.....	84
APÊNDICE A – ENTREVISTA AO PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITABERAÍ (GO)	85
APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA AO PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITABERAÍ (GO)	86
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TRABALHADORES NAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR DE ITABERAÍ (GO).....	87

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa tem por objetivo principal investigar sobre as influências que o cultivo da cana-de-açúcar pode ter sobre a produção de alimentos no município de Itaberaí (GO), que é referência local na produção de alimentos diversos, como a laranja, feijão, tomate, etc., se destacando em relação a outros municípios vizinhos, como Mossâmedes (GO), Goiás (GO), Itauçu (GO), Itapuranga (GO), entre outros.

Dados da SEPLAN (Secretaria do Planejamento de Goiás) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que muitos desses produtos alimentícios já apresentam notáveis quedas na produção e vem perdendo áreas de cultivo significativas. Tem-se como hipótese que a queda na produção de alimentos tem sofrido influências do cultivo da cana-de-açúcar que vem se intensificando em Itaberaí (GO).

Nesse contexto o trabalho se orientou a partir as seguintes questões:

- A atividade do arrendamento das propriedades, por ser mais lucrativo que a prática da agricultura e da agropecuária estaria provocando a migração dos proprietários de terras para essa nova atividade?
- A expansão da agricultura canavieira no município estaria provocando mudanças na relação de trabalho no campo e na dinâmica da oferta e procura de alimentos?
- E por último, como compreender essas mudanças e identificar os principais envolvidos e suas relações nesse processo de possíveis mudanças socioeconômicas oriundos da chegada da agricultura canavieira em Itaberaí (GO)?

As bases teóricas norteadoras do trabalho foram os autores Ana Maria Soares de Oliveira, enriquecendo o debate da trajetória da cana-de-açúcar no Brasil a partir da crise do petróleo de 1973 e do programa Proálcool (Programa Nacional do Álcool); Selma Simões de Castro et. al., tratando do tema da espacialização e expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás; Argemiro Jacob Brum, para compreensão dos horizontes do agronegócio mundial e brasileiro; Ariovaldo Umbelino de Oliveira, abordando o campesinato e as conseqüências do concentrador sistema agrário brasileiro; e Bernardo Fernandes Mançano, enriquecendo o debate acerca do campesinato.

A coleta de dados estatísticos da produção de alimentos e cana-de-açúcar do estado de Goiás e do município de Itaberaí (GO) foi feita através da Seplan/GO (Secretaria de

Gestão e Planejamento do Estado de Goiás), por meio da aplicação de questionários e entrevista aos trabalhadores do setor canavieiro com a finalidade de se levantar informações a respeito de suas condições de trabalho e do motivo que os levaram a trabalharem neste setor; foi feita entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO)¹, com objetivo de conhecer o modo de atuação do sindicato junto aos trabalhadores e a relação da cana-de-açúcar com a agricultura no município; foram entrevistados proprietários que produziam cana-de-açúcar, a fim de se saber o que eles produziam anteriormente e, caso produzissem alimentos, porque deixaram de produzir alimentos para produzir cana-de-açúcar.

As entrevistas com os trabalhadores da cana-de-açúcar² foram realizadas de maneira informal, todas nos locais de saída, onde se preparavam para pegarem o ônibus para irem ao trabalho, sendo realizadas bem cedo, entre 5:30 e 7:00 horas da manhã. Os trabalhadores se demonstraram estar com medo de ceder informações, e outros funcionários chegaram a questionar minha presença no local, não sendo possível realizar nenhum tipo de registro a não ser anotações discretas.

A quantidade de trabalhadores entrevistada foi a máxima conseguida, já que era arriscado ir muitas vezes seguidas nos locais. Somente a entrevistada Ericka³ aceitou, com muito medo, ceder entrevista sigilosa em casa, mas quase desistiu da entrevista.

Quanto aos proprietários de terras entrevistados⁴, as entrevistas também foram informais, por meio de conversas e de um pré-roteiro, dirigidas a eles, realizadas nas respectivas propriedades. Houve pouca resistência, apenas um se mostrou incomodado com as perguntas. Somente a entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO), José Jacson Ribeiro foi realizada de maneira formal, no próprio sindicato.

Por fim, a tabulação desses dados, que ocorreram desde o início da pesquisa (com os dados estatísticos do capítulo 1); todas essas informações (os dados estatísticos, das entrevistas com o sindicato e com um trabalhador, dos questionários aplicados com os trabalhadores, das entrevistas com os proprietários) foram cruzadas e analisados em três momentos distintos:

¹ Entrevista concedida por José Jacson Ribeiro no dia 23 de maio de 2011, na sede do próprio sindicato em Itaberaí (GO).

² Entrevistas realizadas entre os dias 01 e 13 de junho de 2011 nos pontos de saída de ônibus em Itaberaí (GO).

³ Entrevista concedida por Ericka no dia 15 de junho de 2011 na casa da entrevistada em Itaberaí (GO).

⁴ Entrevistas concedidas por vários proprietários produtores de cana-de-açúcar entre os dias 01 e 20 de agosto de 2011 em Itaberaí (GO).

No primeiro momento foi feita a relação dos dados estatísticos sobre a produção de alimentos e cana-de-açúcar no município de Itaberaí (GO) nos últimos dez anos, a fim de se compreender o comportamento da agricultura do município nesse período, sendo a base para construção Capítulo 1 – Produção de Cana-de-Açúcar em Itaberaí (GO);

Feito isso, passou-se à análise da relação das informações sobre as condições de trabalho dos trabalhadores fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO) com as informações fornecidas pelos próprios trabalhadores e verificadas em campo, com o objetivo de se conhecer as condições de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar do município, constituindo a base para elaboração do Capítulo 2 – Agronegócio e Agricultura Familiar: Perspectivas na Produção de Alimentos;

Por fim, a compreensão da relação das informações sobre a produção de alimentos e cana-de-açúcar no município fornecidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com as informações fornecidas pelos proprietários entrevistados em campo e com os dados estatísticos analisados no primeiro momento, foi crucial para entender a atual lógica produtiva do município frente o cenário da cana-de-açúcar. Esta análise constitui a fundamentação do Capítulo 3 - Impactos da Produção de Cana-de-Açúcar na Produção de Alimentos em Itaberaí (GO);

Nas considerações finais se apresenta uma breve síntese das ideias contidas no trabalho como um todo, como forma de se aglutinar a compreensão das informações contidas na monografia e suas importâncias no contexto do objeto estudado. Portanto, o trabalho encontra-se assim estruturado.

CAPÍTULO 1 - PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR EM ITABERAÍ (GO)

Este capítulo aborda a expansão da cana-de-açúcar no Brasil a partir do Proálcool (Programa Nacional do Álcool) até os tempos atuais; a expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás, com foco nos fatores políticos e naturais que colaboram para essa expansão e sua atual situação no estado; a espacialização da cana-de-açúcar no município de Itaberaí (GO) e uma breve análise da produção agrícola de Itaberaí (GO) frente à cultura da cana-de-açúcar.

1.1 O Proalcool, a Corrida Energética do Século XXI e a Atual Produção de Cana-de-Açúcar no Brasil

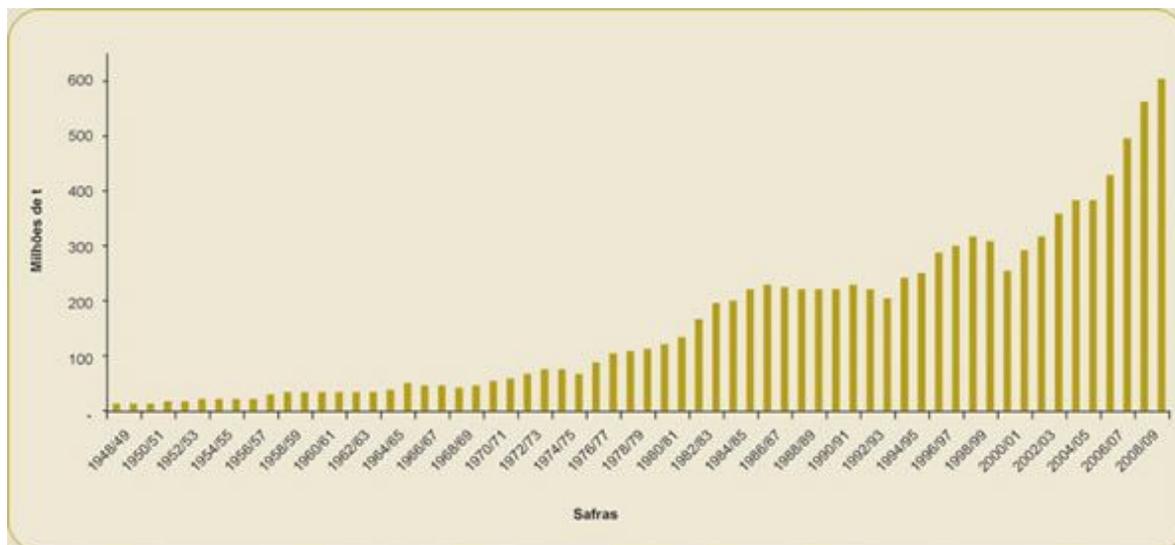
Não podemos iniciar a discussão sobre o atual cultivo da cana-de-açúcar no Brasil sem antes fazer um recorte temporal da década de 1970 quando foi criado o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), fato que foi decisivo para a instituição do setor agro-energético do Brasil e conseqüentemente para a intensificação do cultivo da cana-de-açúcar.

Em 1973 ocorreu a crise do petróleo, onde os países produtores reduziram sua produção fazendo com que o preço do barril subisse muito. Diante disso, o Brasil criou o PROÁLCOOL em 1975, com o intuito de substituir o petróleo por outras fontes de energia. Tendo como base o incentivo à produção de cana-de-açúcar para produção de álcool, o PROÁLCOOL proporcionou o rápido desenvolvimento das agroindústrias sucroalcooleiras, fazendo com que as lavouras de cana-de-açúcar se espalhassem pelo Brasil (SILVA & PELEGRINI, 2003; PINHEL JUNIOR, 2007 apud CASTRO, 2008). O programa não apresentou todos os resultados esperados, entrando em crise nos anos 1990, mas ainda assim colaborou e muito para a expansão tal como está das lavouras de cana-de-açúcar e do setor sucro-alcooleiro no país, foi o pontapé inicial para o ressurgimento da cana-de-açúcar como produto agrícola de grande importância econômica (CASTRO, et al 2008).

Para Oliveira, S. (2009) a materialização do programa só se deu quando houve uma articulação com a indústria automobilística por meio dos incentivos em substituir motores à gasolina por motores a álcool. Mas esse representou para o setor canavieiro brasileiro um crescimento muito grande, tanto da área plantada quanto do parque industrial, por meio da diversificação da capacidade produtiva, modernização tecnológica, melhoramento da qualidade da matéria-prima, entre outros avanços, contribuindo para que o setor canavieiro se tornasse um dos setores “mais modernos” do país.

Temos um gráfico da evolução da cana-de-açúcar de 1948 até 2009.

Gráfico 01 – Produção de cana-de-açúcar de 1948 a 2008 no Brasil.



Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento, 2011.

Conforme o gráfico, podemos perceber uma expansão considerável da produção de cana-de-açúcar nos anos de 1980, ocorrendo uma queda no início dos anos de 1990, década em que o PROALCOOL sofre uma crise, e depois registrando um aumento contínuo, principalmente a partir do ano 2000.

Hoje podemos considerar que o PROÁLCOOL, teve papel importante na nova arrancada do setor canavieiro no Brasil, que toma proporções enormes, fazendo do setor sucroalcooleiro o maior em expansão no país e a produção de etanol brasileira a maior do mundo. Nessas perspectivas as lavouras de cana-de-açúcar se espalham por todas as regiões do Brasil na medida em que encontra condições favoráveis, tais como: clima, relevo, mão-de-obra farta e barata, incentivos fiscais, entre outros.

Oliveira, S. (2009) aponta que o PROALCOOL não levou em conta os problemas ambientais e sociais (como a questão do emprego temporário).

O setor canavieiro brasileiro hoje é um dos que mais exploram a mão de obra de maneira irregular e desumana ao empregar trabalhadores no corte da cana-de-açúcar onde os trabalhadores recebem salários baixos, não possuem registro empregatício, trabalham demasiadamente, e há situações em que são praticamente escravizados pelo regime de trabalho. Inúmeros são os casos em trabalhadores nordestinos migram para o estado de Goiás em busca de empregos e chegam a receber R\$ 10,00 (dez reais) por dia de trabalho no corte de cana, valor muito abaixo daquele que é pago a outros trabalhadores locais.

No entanto, se sua criação teve repercussão na re-expansão canavieira brasileira por quase três décadas, o PROALCOOL deixou, há algumas décadas, de ser o principal propulsor da corrida pela cana-de-açúcar no Brasil, há outro fator que contribui significativamente para o avanço da cana-de-açúcar no país atualmente: o acirramento da crise mundial do petróleo e a corrida global por fontes de energias renováveis, comandada principalmente pelas maiores potências econômicas do mundo, como os Estados Unidos e a China, entre outros.

A corrida energética do início do século XXI tem fundamento na crise do petróleo da década de 1970, a mesma responsável pela criação do Proalcool, a diferença é que agora ela está mais intensa e é a maior responsável pela expansão do setor canavieiro do Brasil, com atitudes geopolíticas muito mais materializadas das nações que mais consomem energia no mundo, sendo que a principal delas é buscar fontes alternativas de energia em países com tal potencial.

Os investimentos internacionais no setor agroenergético brasileiro se tornam cada vez mais frequentes e intensos e apoiados pelo Estado, que deseja tornar o país o maior produtor mundial de etanol, já que a cana-de-açúcar ganha em disparada de outras matérias primas para produção de etanol, como a beterraba, o milho (muito usado, por exemplo, nos Estados Unidos para produção de etanol), etc.

Nesse sentido o discurso alienador de que o etanol brasileiro vai “salvar o mundo” é facilmente inculcado na sociedade e incorporado às metas econômicas do Estado brasileiro com a ajuda das grandes potências econômicas que correm como lebres atrás dos grandes produtores de energias renováveis, atividade em que o Brasil tem grandes possibilidades.

Em maio de 2011 um acordo firmado entre a Petrobras, o Grupo São Martinho e com participação do governo de Goiás deu mais uma contribuição para a forte geopolítica do setor agroenergético em Goiás, no qual a empresa citada recebe incentivos públicos da ordem de 700 milhões de reais entre 2011 e 2015 (DIÁRIODOPRESAL.WORDPRESS.COM).

O governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, ressaltou em seu discurso a importância da indústria sucroenergética, um segmento econômico que vem crescendo nos últimos anos, trazendo oportunidades e fomentando a economia do estado com empreendimentos modernos como a Usina Boa Vista (DIÁRIODOPRESAL.WORDPRESS.COM, p. 01).

Isso é, por exemplo, um dos vários demonstrativos do apoio estatal à ideia de colocar o país em prol do setor sucroagroenergético, que tem por objetivo atender às fortes demandas internacionais por novas fontes energéticas frente à escassez da principal fonte energética da atualidade: o petróleo. Quem ganha com isso?

Sem dúvidas, os maiores ganhadores com todo esse processo de expansão canavieira no país são os grandes detentores do agronegócio, que possuem grandes propriedades de terras, que enriquecem cada vez mais produzindo etanol para atender ao mercado externo, sem sequer se importar para a escassez de alimentos como arroz, feijão, milho, entre outros, colocando a população em situação de insegurança alimentar em prol de suas riquezas, apoiados por um Estado que prega crescimento econômico como solução de todos os problemas do país, sem contudo explicar que esse crescimento custa a dignidade das classes mais pobres, a sustentabilidade ecológica do país, e que crescimento econômico não significa distribuição de riquezas.

Os incentivos fiscais, a farta mão-de-obra barata aliados a outros fatores são cruciais para que dezenas de usinas de açúcar e álcool tomem conta de diversas regiões do Brasil, expandindo não somente a produção mas também a área plantada de cana-de-açúcar. Inicialmente se concentra em áreas prioritárias (por fatores políticos e naturais), logo se espalharam pelo Brasil. A paisagem do estado de São Paulo, estado com maior produção de cana-de-açúcar atualmente no Brasil, tem forte presença de canaviais a perder de vistas, principalmente margeando as rodovias. O norte do estado do Paraná (divisa com São Paulo) também possui forte presença de canaviais.

O processo de expansão do setor canavieiro no Brasil teve intensa participação dos incentivos do Estado, que subsidiou o crescimento, por meio do controle do processo produtivo e da elevação da composição orgânica do capital, garantindo o controle desse setor pela burguesia agrária nacional e internacional, o que gerou concentração fundiária e econômica, e apropriação dos bens de produção e meios de financiamento pelo grande capital (OLIVEIRA, S. 2009).

Os incentivos prestados pelo Estado ao agronegócio brasileiro não são recentes, há anos programas de incentivo agrícolas são implementados pelo governo brasileiro, como exemplo, o próprio PROALCOOL, e atualmente diversos incentivos são oferecidos ao setor tanto em escala nacional quanto estadual. Esses incentivos não são dados a pequenos produtores rurais, eles são dados a grandes empresas detentoras de capital e que cada vez mais se armam com um poder de compra enorme monopolizando a produção da cana-de-açúcar,

adquirindo e alugando propriedades, expulsando os pequenos agricultores de suas terras e suas formas de produção e junto com eles a produção de alimentos importantes para o consumo humano: como o arroz, o feijão, o milho, etc.

O setor canavieiro brasileiro deu um salto muito grande no país, saindo de sua região de origem, o Nordeste, para se espalhar para região Centro Sul. A esse respeito Oliveira, S. (2009) afirma que a partir do ano 2000 a mobilidade territorial do capital tem o levado a migrar e se intensificar para estados do Centro-Sul, como Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, norte/noroeste do Paraná e norte do Espírito Santo, fazendo com que áreas de pecuária extensiva e áreas destinadas à produção de grãos (soja, milho, sorgo), cedam espaço para a cana-de-açúcar, provocando alterações no processo produtivo. Essa expansão se dá em função de grupos tradicionais de capitais, do nordeste brasileiro e também de São Paulo decidirem direcionar seus investimentos para outros estados e regiões do Centro Sul, por meio da aquisição de terras, implantação de novas unidades produtoras e compra de unidades já em funcionamento.

O primeiro local aonde a cana-de-açúcar chegou no Centro Sul foi em São Paulo, se estendendo mais recentemente para outros estados vizinhos, como Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, por diversos fatores que vão desde os naturais até os econômicos e sociais, como já dito anteriormente. Os governos dos estados fornecem muitos incentivos às usinas por ser um setor que está em franca expansão e já se tornou um dos mais rentáveis, senão o mais rentável do agronegócio brasileiro.

Atualmente o Centro Oeste do Brasil está conhecendo a franca expansão do setor canavieiro, assunto que trataremos no tópico seguinte: Produção de Cana-de-Açúcar no Estado de Goiás.

1.2 Produção de Cana-de-Açúcar no Estado de Goiás

A demanda crescente por fontes alternativas de energia vem incentivando o crescimento da produção das chamadas agroenergias, especialmente o biodiesel e o etanol. A busca mundial por fontes de energias renováveis recolocou o Brasil, em geral, e o Cerrado, em particular, no mapa produtor de *commodities* agrícolas exportáveis. (PIETRAFESA, s.d., p. 1).

Oliveira, S. (2009, p. 226) ressalta que

As terras dessas áreas onde o negócio-agro-sucro-energético está sendo empreendido, são apontadas pelos grupos/empresas como as que oferecem melhores condições para a expansão do cultivo de cana-de-açúcar. Neste caso levam-se em consideração alguns fatores, a saber: maior disponibilidade de terras, possibilidade de aumento da produtividade em função de solos mais férteis e condições climáticas mais favoráveis que não exigem tantos investimentos em irrigação; c) topografia plana que permite a mecanização etc. Soma-se aos fatores apontados a existência de um mercado consumidor já expressivo e com perspectiva de expansão, bem como a logística para escoamento/exportação da produção, muito embora esta última tenha sido apontada com algumas ressalvas, principalmente para os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás, que demandam investimentos (sobretudo públicos) neste sentido. Esse conjunto articulado de fatores se traduz em vantagens comparativas para os grupos/empresas nordestinas que estão investindo no Centro-Sul, ou mesmo para os grupos paulistas que estão expandindo o negócio para essas novas frentes, ao reduzir os custos de produção e, conseqüentemente, possibilitar níveis mais elevados de acumulação de capital.

Pietrafesa (s.d.) afirma que de acordo com informações publicadas na imprensa, esta rápida expansão das lavouras de cana-de-açúcar no Brasil, já tem uma rota definida: São Paulo, Goiás e Minas Gerais, principalmente em função da intenção de construção do alcooloduto, pela Petrobras, para exportação de álcool. Goiás é o quinto maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil.

O estado de Goiás revive a participação em grandes projetos econômicos voltados para a monocultura, passados 30 anos do Prodecer I e II (Programa de Cooperação Nipo - Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados/antigo projeto JICA - Japan International Cooperation Agency - nos anos 1970 e 1980) que incentivou a monocultura da soja, a cana-de-açúcar representa para Goiás um megaprojeto agrícola, deixando dúvidas sobre sua sustentabilidade e seu avanço sobre o Cerrado (PIETRAFESA, s.d.).

A gênese do cultivo da cana-de-açúcar no cerrado remonta à década de 1930, segundo Carvalho (2008, p. 55 e 56):

A primeira agroindústria canavieira foi implantada no território goiano durante o período do Estado Novo (1937 – 1945) e encontrava-se sediada na cidade de Ceres. Na década de 1960, essa agroindústria encerrou suas atividades devido à falta de elasticidade do mercado e à incapacidade de concorrência com as agroindústrias canavieiras paulistas e mineiras. Nas duas décadas seguintes, a produção canavieira permaneceu pouco relevante. A situação só se alterou a partir de 1980, em função dos estímulos estatais instituídos na segunda fase do PROALCOOL, ocasião em que houve aumento do peso das destilarias autônomas na produção de álcool e a alteração geográfica da produção alcooleira nacional.

Nota-se que a cana está presente no estado há muito tempo, só agora ganhando tamanha importância expansão territorial, Goiás está entre os estados mais cobiçados

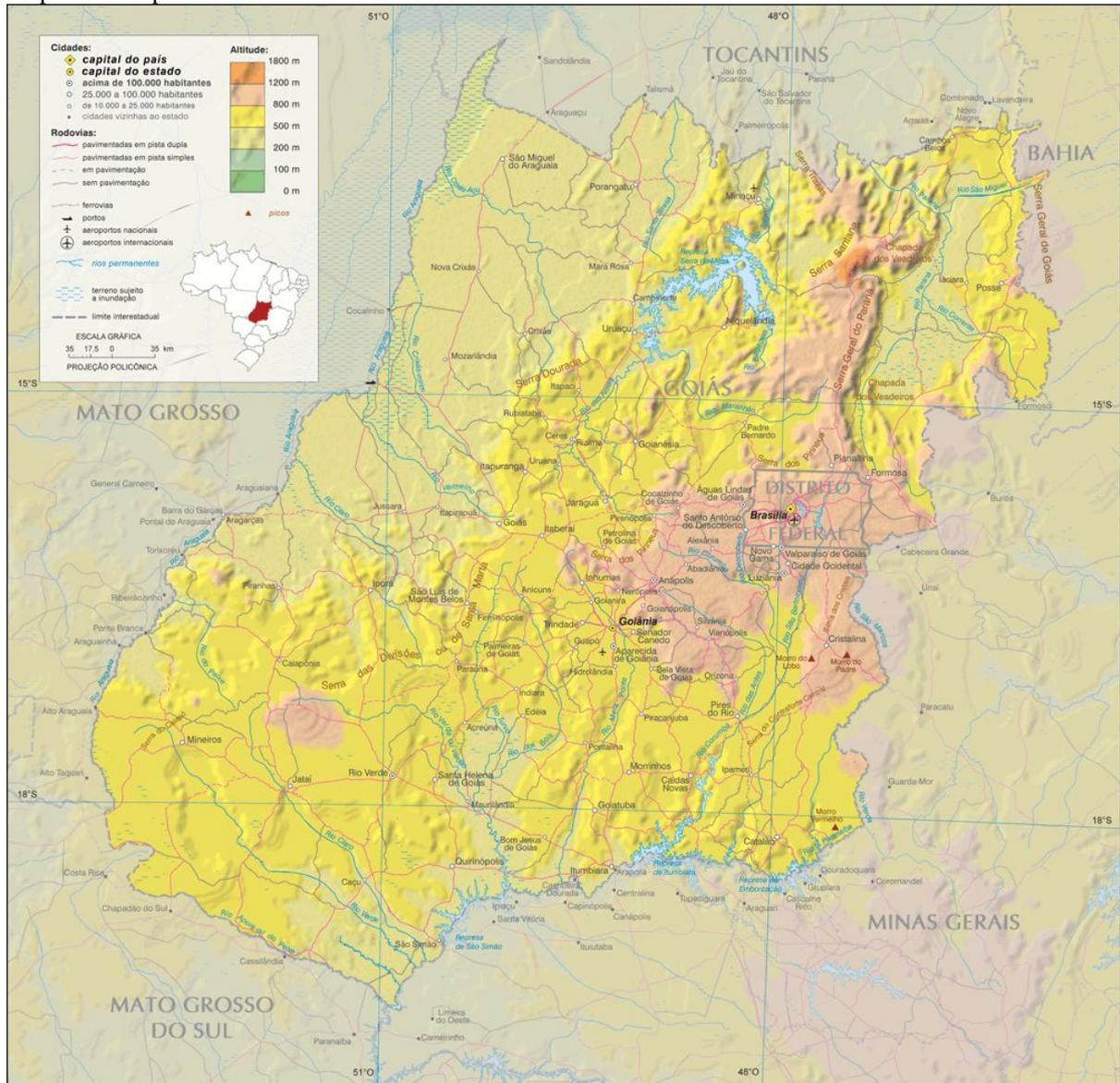
atualmente para a produção de cana-de-açúcar, devido a fatores climáticos, econômicos, fiscais e sociais.

É fato que o estado de Goiás vem se tornando em área de grande interesse para implantação de novas usinas e áreas de cultivo de cana-de-açúcar, em função principalmente a de fatores de ordem econômica e ambiental, como: solo, declividade e clima. (CASTRO, 2008).

O estado de Goiás possui regiões de chapadas extensas, isso facilita a implantação da mecanização nas lavouras de cana-de-açúcar. No sul do estado este tipo de relevo é muito comum. O clima quente e com duas estações definidas é outro fator contributivo. Mas há um fato muito importante: os incentivos fiscais dados pelo governo de Goiás aos produtores de cana-de-açúcar por meio de programas de incentivo agrícola como o PRODUZIR (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás), por exemplo (OLIVEIRA, S., 2009).

O mapa (mapa 01) mostra o relevo goiano e a presença marcante de áreas planas.

Mapa 01 – Mapa de Relevo do estado de Goiás.



Fonte: Infoescola (2011).

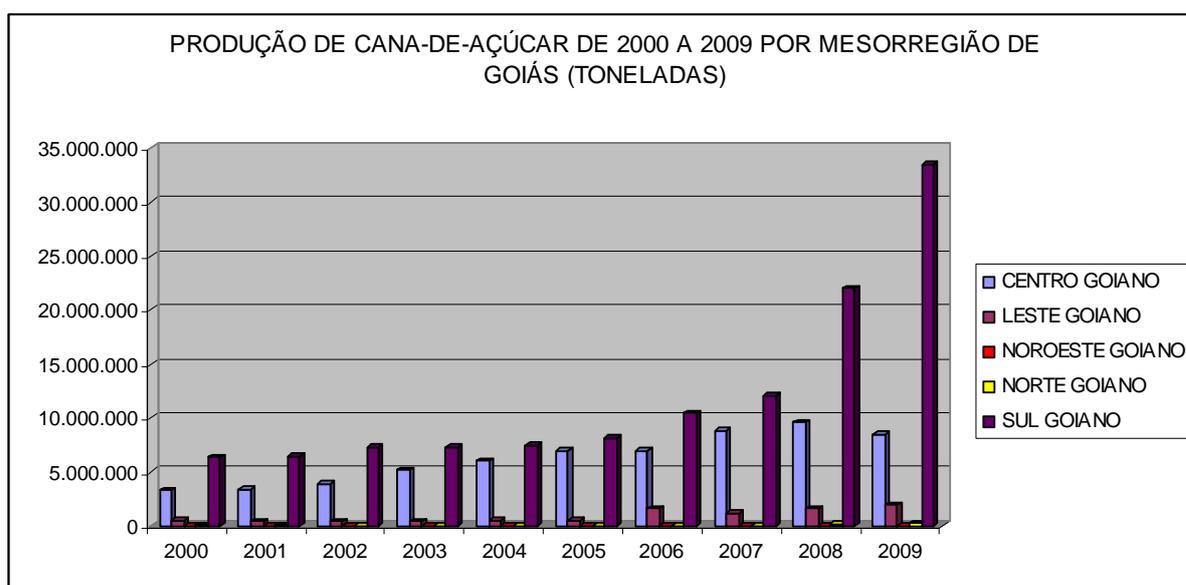
Segundo o mapa a maior parte do território goiano tem relevos que atingem no máximo 500 metros de altitude (partes mais amareladas), o relevo mais acidentado, com altitude entre 800 e 1200 metros, se localiza no nordeste do estado (áreas em rosa e laranja). De modo geral o relevo é relativamente plano, sendo as regiões sudoeste e sul as áreas planas mais utilizadas para o cultivo da cana-de-açúcar no estado de Goiás.

As usinas em Goiás (em fases de funcionamento ou operação, análise e implantação) estão distribuídas num eixo Centro-Sul, estando diretamente ligadas a quatro rodovias: BR's 153, 060, 452 e 364 (CASTRO et al, 2007). As microrregiões goianas: Meia Ponte, Sudoeste Goiano e Vale do Rio dos Bois, que fazem parte da Mesorregião do Sul

Goiano, são as que apresentam maior concentração de usinas sucroalcooleiras do estado de Goiás.

Nem sempre a maior concentração de usinas se encontra nos municípios com maior produção da cana-de-açúcar, mas as regiões com maior produção tendem a concentrar o maior número de usinas. O gráfico (02) mostra a distribuição da produção de cana-de-açúcar no estado de Goiás.

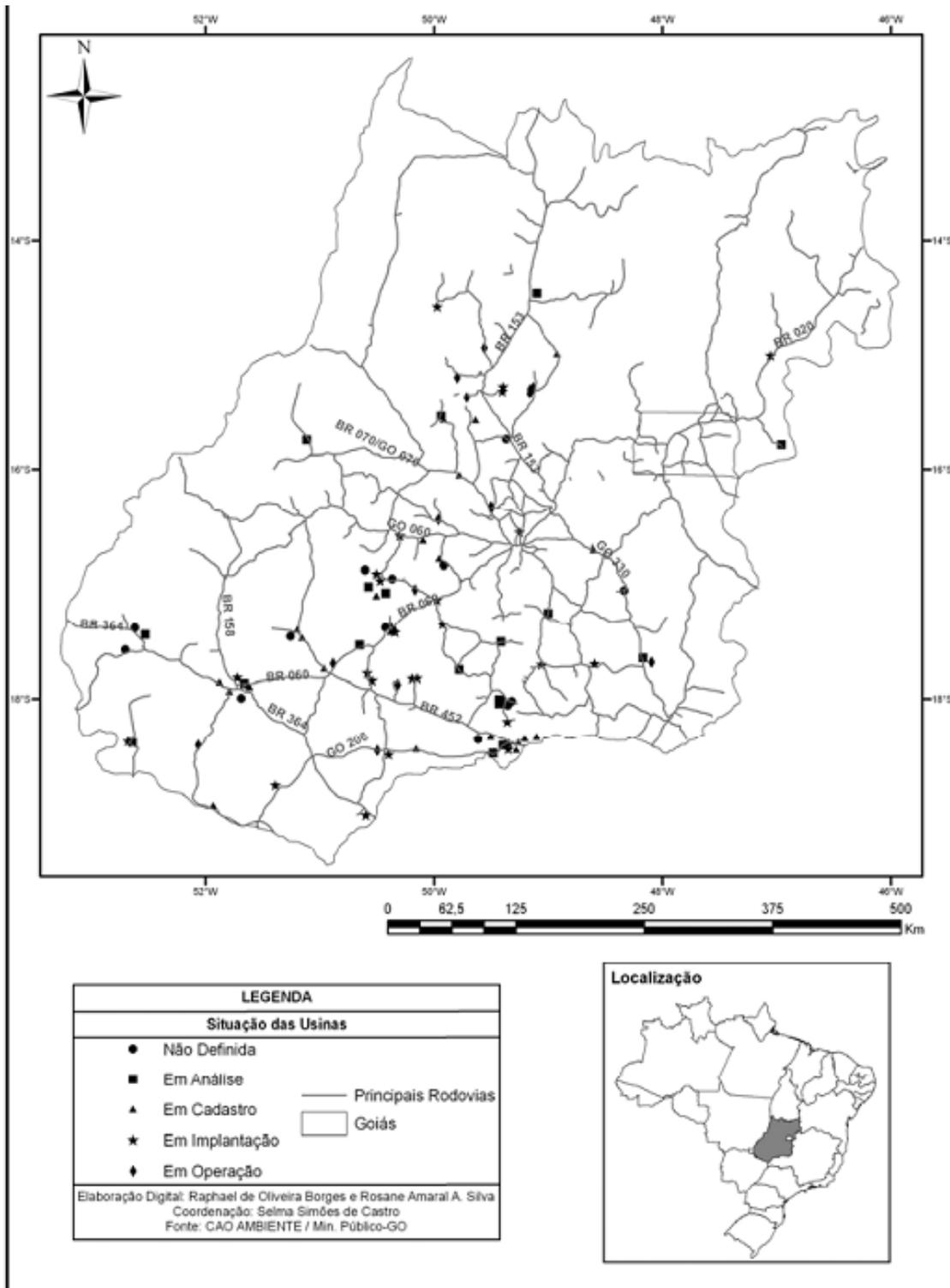
Gráfico 02 – Gráfico da Produção de Cana-de-açúcar de 2000 a 2009 por Mesorregião de Goiás (Toneladas)



Fonte: SEPLAN-GO (2011). SANTOS, W.R., 2011 (Org.).

Conforme se observa, a Mesorregião do Sul Goiano e a Mesorregião do Centro Goiano são as que mais produziram cana-de-açúcar no período de 2000 a 2009, e é nessas duas regiões que está concentrado o maior número de usinas sucroalcooleiras (mapa 02), conforme apontado por (CASTRO et al, 2007). Nessa parte do estado se encontram as melhores condições naturais para o cultivo da cana-de-açúcar: relevo plano, maior disponibilidade de água, solos mais férteis, etc. as quais favorecem o processo de mecanização e o maior aproveitamento da área cultivada etc. Mas não podemos deixar de ressaltar que as qualidades dessa área não dizem respeito somente aos fatores naturais, há outros fatores como: incentivos fiscais, e a proximidade com o sudeste do país (principalmente São Paulo, maior produtor de cana do Brasil) que tem atraído usinas de açúcar e álcool para essa região do estado de Goiás.

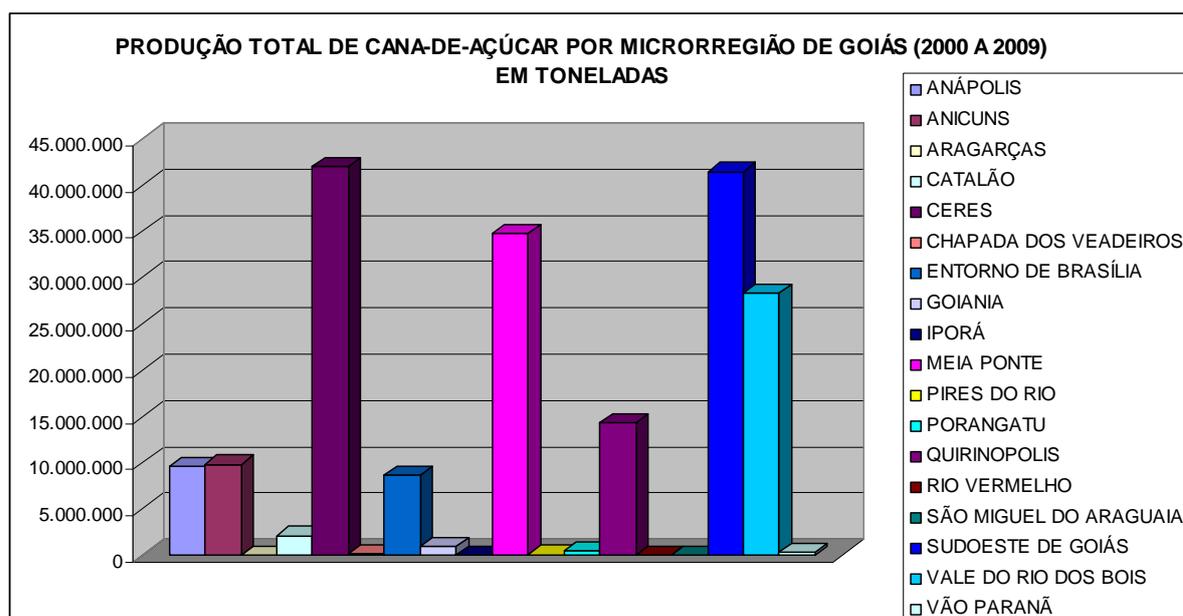
Mapa 02 – Distribuição das usinas no estado de Goiás em 2007.



Fonte: CASTRO, et. al. (2007).

O gráfico (03) mostra a produção de cana-de-açúcar no período de 2000 a 2009, nas microrregiões goianas.

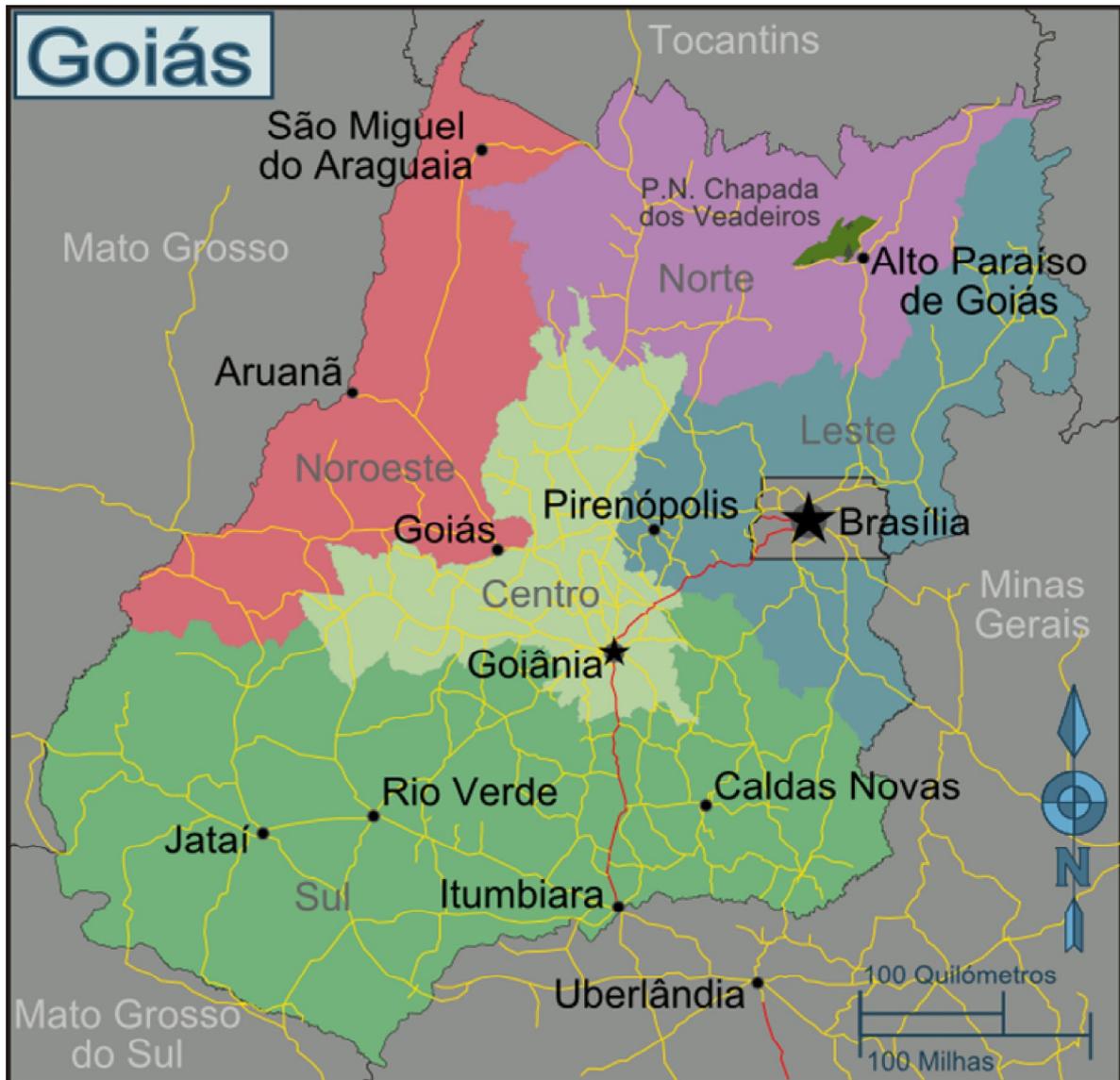
Gráfico 03 – Produção de Cana-de-açúcar de 2000 a 2009 por Microrregião de Goiás (Toneladas)



Fonte: SEPLAN-GO (2011). SANTOS, W.R., 2011 (Org.).

Nota-se no gráfico que a concentração da produção de cana-de-açúcar no estado de Goiás está situada na Mesorregião do Sul Goiano e na Mesorregião do Centro Goiano. Nessas Mesorregiões (mapa 03) localizam-se muitas usinas que atuam em diversos estados brasileiros.

Mapa 03- Mesorregiões de Goiás



Fonte: Wikitravel.org. (2011).

O quadro 01 mostra a quantidade de destilarias no estado de Goiás no período de 2007 a 2009. Nota-se que uma grande quantidade está concentrada na Mesorregião do Sul Goiano, região mais propícia à prática da agricultura mecanizada.

Quadro 01 – Destilarias no Estado de Goiás no Período de 200 a 2009.

USINAS DE AÇÚCAR E ÁLCOOL NO ESTADO DE GOIÁS – SEPLAN/SEPIN (2007 a 2009)		
MUNICÍPIOS	DESTILARIAS	SITUAÇÃO
Acreúna	Usina Canadá S/A	Em Operação
	Cotril Açúcar e Álcool Ltda	Em Implantação
Anicuns	Anicuns S/A Álcool Derivados	Em Operação
Aporé	Nardini Agroindustrial Ltda	Em Implantação
Cachoeira Alta	ETH Bioenergia S/A	Em Implantação
Cachoeira Dourada	USJ Açúcar e Álcool S/A – São Francisco	Projeto
Caçu	Mendo Sampaio S/A	Projeto
	Rio Claro Agroindustrial Ltda	Em Operação
Carmo do Rio Verde	CRV Industrial Ltda	Em Operação
Chapadão do Céu	Usina Porto das Águas Ltda	Em Operação
Edéia	Tropical Bioenergia S/A	Em Operação
Goianésia	Codora Álcool e Energia Ltda (Unidade Otávio Lage)	Projeto
	Usina Goianésia S/A	Em Operação
	Jalles Machado S/A	Em Operação
Goiatuba	Goiasa Goiatuba Álcool Ltda	Em Operação
	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda	Em Operação
Gouvelândia	USJ Açúcar e Álcool S/A – São Francisco	Projeto
Inciolândia	Destilaria Rio dos Bois Ltda	Projeto
Inhumas	Centroálcool S/A	Em Operação
	Ipê Agro Milho Industrial Ltda	Em Operação
Ipameri	LASA Lago Azul Ltda	Em Operação
Itapaci	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda	Em Operação
Itapuranga	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda	Em Operação
Itarumã	Energética do Cerrado Açúcar e Álcool Ltda	Em Implantação
Itumbiara	Itumbiara Energética Ltda – Itel	Projeto
	Central Itumbiara de Bioenergia e Alimentos Ltda	Em Operação
	Usina Panorama S/A	Em Operação

	Usina Planalto Ltda	Projeto
	Usina Santa Luzia de Açúcar e Álcool Ltda	Projeto
Jandaia	Denusa Destilaria Nova União S/A	Em Operação
Jataí	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool	Em Operação
	Elcana Goiás Usina Açúcar A. L.	Em Implantação
	Grupo Cabrera	Em Implantação
	Grupo Cansação do Sinimbu	Em Implantação
Mineiros	Brenco Goiás Ind Com Etanol Ltda. M.	Em Operação
	Brenco Goiás Ind Com Etanol Ltda. M.	Em Implantação
Montividiu	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool	Em Implantação
	Destilaria Serra do Caiapó S/A	Em Operação
Morrinhos	Açúcar e Álcool Camargo e Mendonça Ltda – Camen	Em Operação
Paraúna	Cosan Centroeste S/A Açúcar e Álcool	Em Implantação
	Usina Nova Gália Ltda	Em Operação
	Paraúna Açúcar e Álcool S/A	Projeto
Pontalina	Usina Quixadá Fabricação de Açúcar e Álcool Ltda	Em Implantação
Porteirão	Usina São Paulo Energia e Metanol	Em Operação
Quirinópolis	Usina Boa Vista S/A	Em Operação
	USJ Açúcar e Álcool S/A – São Francisco	Em Operação
Rio Verde	Usina Rio Verde Ltda	Em Operação
Rubiataba	Cooperativa Agroind Rubiataba Ltda - Cooper-Rubi	Em Operação
Santa Helena de Goiás	Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool S/A	Em Operação
Santo Antônio da Barra	Floresta S/A Açúcar e Álcool	Em Operação
São Simão	Energética São Simão S/A	Em Operação
Serranópolis	Usina Cansação do Sinimbu S/A	Em Implantação
	Energética Serranópolis Ltda	Em Operação
Silvânia	Ouro Verde S/A	Em Implantação
Turvelândia	Vale do Verdão S/A Açúcar e Álcool	Em Operação
Uruaçu	Uruaçu Açúcar e Álcool Ltda	Em Operação

Vicentinópolis	Caçu Com. E Ind. De Açúcar e Álcool Ltda	Em Operação
Vila Boa	Alda Part. E Agrop. S/A – CBB - Cia Bio. Brasileira	Em Operação

Fonte: SEPLAN-GO (2011). SANTOS, W.R., 2011 (Org.).

Percebe-se que há várias usinas em operação, sendo implantadas ou sendo projetadas no estado, o que demonstra a franca expansão do setor em terras goianas. Atualmente este número está ainda maior. Muitas dessas usinas pertencem a grupos de investimentos (Grupo Farias S/A, Sinimbu, Grupo São Francisco, Grupo São Martinho, Grupo Cabrera, Grupo Cosan, entre outros) que possuem outras usinas espalhadas por todo o país, além de atuarem em outros setores da economia.

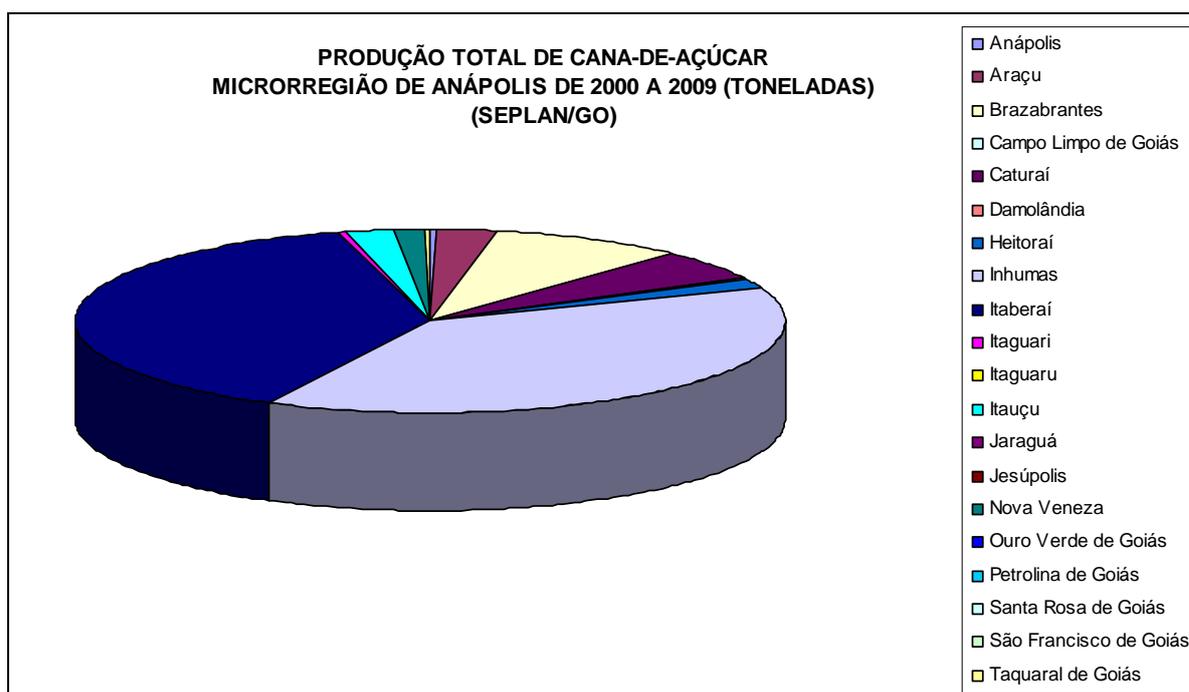
No processo de avanço da fronteira canavieira o Cerrado goiano, e de modo geral é colocado como mero pano de fundo para a produção de commodities agrícolas. Fica em segundo plano a segurança ecológica e social deste bioma.

A seguir trataremos da produção da cana-de-açúcar em Itaberaí (GO).

1.3 – Produção de Cana-de-Açúcar em Itaberaí (GO)

Ao considerarmos o período histórico de 2000 a 2009, o município de Itaberaí aparece como o segundo maior produtor de cana-de-açúcar da microrregião de Anápolis (a microrregião de Anápolis está inserida na mesorregião do Oeste Goiano) neste período, com 3.695.380 toneladas produzidas, ficando atrás somente do município de Inhumas (GO) é o maior produtor com 3.697.676 toneladas. Nota-se uma diferença mínima entre os dois municípios, no cultivo da cana no período de 2000 a 2009. Observe gráfico 04.

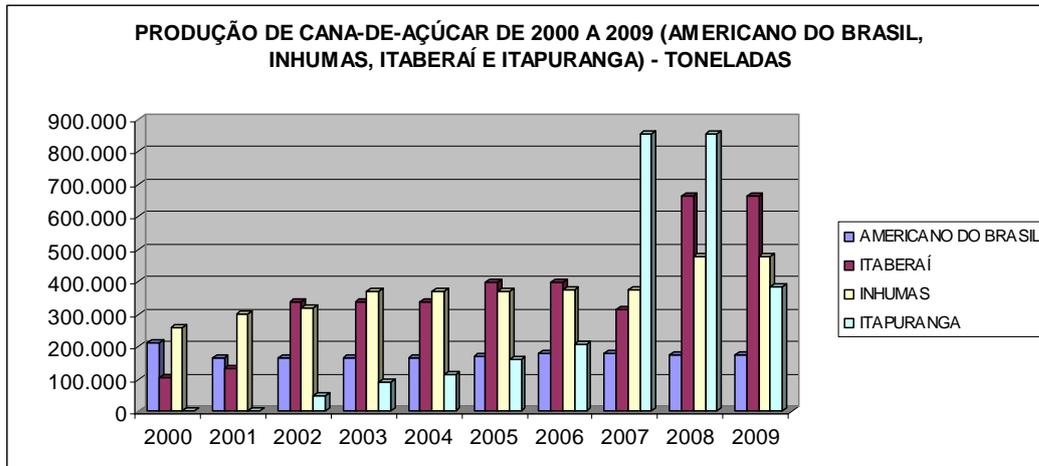
Gráfico 04 – Produção total de cana-de-açúcar na Microrregião de Anápolis de 2000 a 2009.



Fonte: SEPLAN-GO (2011). SANTOS, W.R., 2011 (Org.).

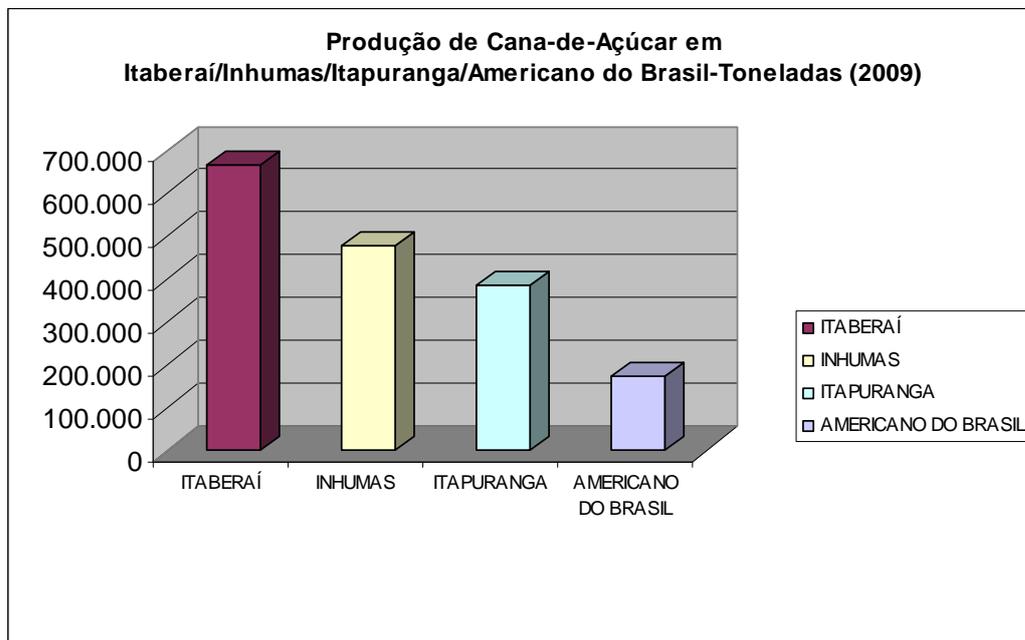
Nota-se a expressividade da produção do município no cenário da Microrregião de Anápolis ao comparar os três municípios vizinhos: Americano do Brasil (GO), Inhumas (GO) e Itapuranga (GO) que possuem forte presença do setor canavieiro, observa-se que entre 2000 e 2009 Itaberaí (GO) foi o município que conseguiu manter os maiores índices de produção (Gráfico 05), sendo que no ano de 2009 sua produção foi maior que a dos demais municípios (Gráfico 06).

Gráfico 05 – Produção total de cana-de-açúcar em Americano do Brasil, Itaberaí (GO), Inhumas (GO) e Itapuranga (GO) de 2000 a 2009.



Fonte: SEPLAN-GO (2011). SANTOS, W.R., 2011 (Org.).

Gráfico 06 – Produção total de cana-de-açúcar em Americano do Brasil (GO), Itaberaí (GO), Inhumas (GO) e Itapuranga (GO) de 2000 a 2009.



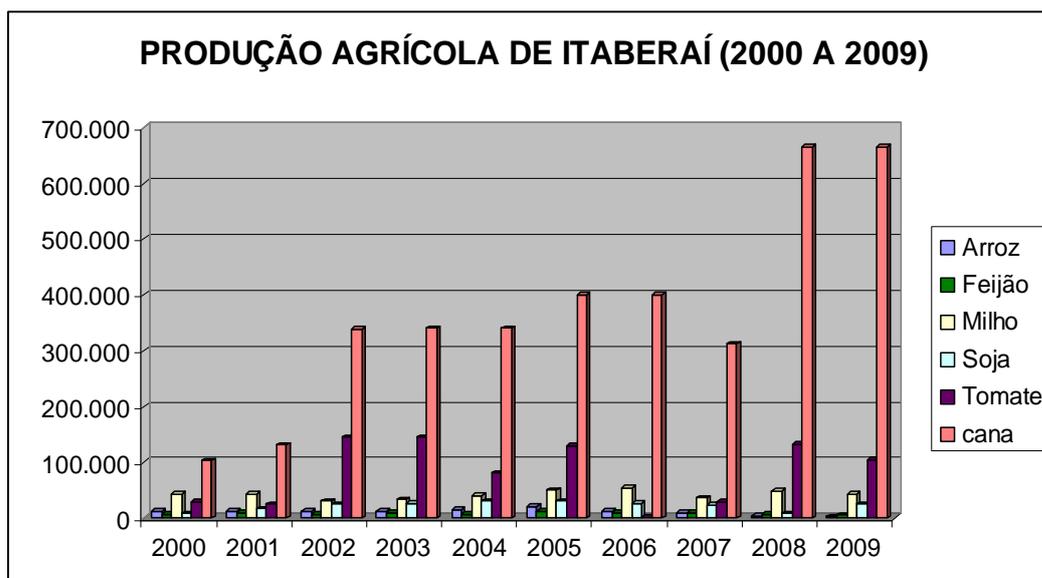
Fonte: SEPLAN-GO (2011). SANTOS, W.R., 2011 (Org.).

O município de Itaberaí foi o maior produtor de cana-de-açúcar local em 2009, produzindo mais que Americano do Brasil (GO), Inhumas (GO) e Itapuranga (GO). Destacase que existem usinas de açúcar e álcool nesses três últimos enquanto a produção canavieira

de Itaberaí (GO) é toda levada para esses outros municípios, pelo fato de Itaberaí não possuir usina.

No tocante à produção agrícola, no mesmo período, o município apresentou quedas acentuadas na produção de dois gêneros alimentícios: arroz e feijão respectivamente, conforme o gráfico 07.

Gráfico 07 – Produção Agrícola de Itaberaí de 2000 a 2009



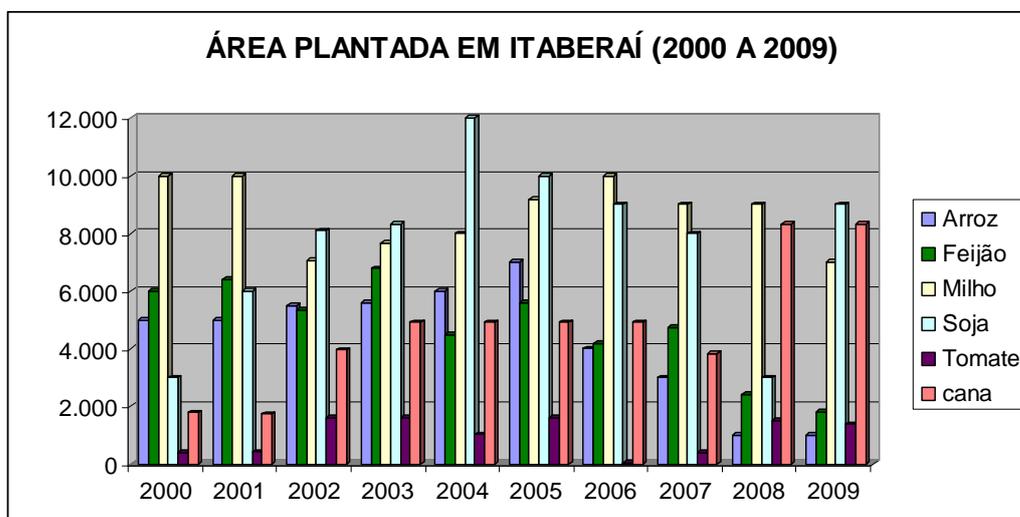
Fonte: SEPLAN-GO (2011). SANTOS, W.R., 2011 (Org.).

Conforme a análise do gráfico observa-se que os únicos produtos agrícolas que apresentaram quedas acentuadas foram o arroz e o feijão respectivamente, sendo a soja uma *commoditie* do agronegócio sua produção se manteve constante. O milho e o tomate também se mantiveram constante. É evidente que a cana-de-açúcar está ocupando áreas de agricultura em Itaberaí (GO), principalmente dos gêneros alimentícios que não se enquadram no perfil do agronegócio, como é o caso do arroz e do feijão.

A soja e o milho, respectivamente, ainda se inserem com certa força no mercado do agronegócio, o que não ocorre com o arroz e o feijão que geralmente é produzido por pequenos produtores rurais.

O gráfico 08 da área plantada de alguns produtos agrícolas em Itaberaí (GO) como milho, soja, arroz, feijão e tomate, também possibilita entender os impactos da produção de cana-de-açúcar nesse município.

Gráfico 08 – Área plantada do município de Itaberaí (GO) de 2000 a 2009



Fonte: SEPLAN-GO (2011). SANTOS, W.R., 2011 (Org.).

Percebe-se a partir da área ocupada pelos respectivos produtos agrícolas do município fica que a área plantada do arroz caiu muito a partir do ano de 2006; com o feijão ocorreu uma grande queda também nesse período. Por outro lado, A soja continua muito presente no quadro agrícola do município disputando espaço com a cana-de-açúcar, já que se apresenta assim como a cana, como uma commodity agrícola de alta rentabilidade econômica. O milho também continua com forte presença, seguido pelo tomate. Por meio dos dados estatísticos podemos afirmar que o município de Itaberaí (GO) no período de 2000 a 2009 se destacou no cultivo de três culturas agrícolas: a cana-de-açúcar, a soja e o milho, nesta ordem respectivamente. Veja na foto 01 uma plantação de cana (à esquerda) ao lado de uma plantação de soja (à direita).

Foto 01 – Lavoura de cana-de-açúcar dividindo espaço com lavoura de soja às margens da GO 070, no município de Itaberaí-GO.



Autor: SANTOS, W.R., 2010.

Há entre a soja e a cana uma disputa territorial considerável, sendo estes dois os produtos agrícolas que mais ocupam áreas do município de Itaberaí (GO), retratando também uma realidade nacional de disputa do espaço agrário goiano e brasileiro por essas duas culturas.

CAPÍTULO 2 - AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR: PERSPECTIVAS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Este capítulo discute as concepções do que vem a ser *agronegócio* e *agricultura familiar*, como tem ocorrido suas participações na produção de alimentos e nas políticas públicas voltadas para cada um desses segmentos no Brasil, e também a relação do agronegócio e da agricultura familiar com a formação da estrutura agrária do país. Traz breve discussão sobre os conceitos *campesinato* e *agricultura familiar* (não objetivando esgotar a longa discussão sobre os temas) e traça uma breve trajetória das lutas camponesas no Brasil, destacando a resistência e a luta contra a opressão do agronegócio como símbolo da luta camponesa brasileira, tratando dos principais movimentos sociais de luta pela terra no Brasil e alguns de seus momentos de resistência contra os aparatos do Estado e do capital.

Também é parte da discussão deste capítulo o modo com que o Estado brasileiro contribuiu para a formação agrária atual do país: o latifúndio agro-exportador dominado pelos grandes grupos do capital, e que isso tem haver com os movimentos sociais de luta pela terra no país.

Por fim, aborda-se a agroindústria e o trabalho camponês na perspectiva da produção de alimentos no município de Itaberaí (GO), as condições gerais de trabalho na lavoura de cana-de-açúcar e a participação desses setores na produção agrícola do município. Aborda ainda a situação das propriedades produtoras de cana-de-açúcar no município (situação de arrendamento, substituição da produção de alimentos pela cana-de-açúcar, etc.).

2.1 Agronegócio e Agricultura Familiar na Produção de Alimentos: Leituras Teóricas

Vamos iniciar nossa discussão compreendendo o que é o Agronegócio. Para isso vamos tratar de outros dois temas que tem estreita ligação com o Agronegócio: a Revolução Verde e o Complexo Agroindustrial. Numa escala resumida, poderíamos afirmar que a Revolução Verde contribuiu para o surgimento do Agronegócio, que conseqüentemente gerou o que se chama de Complexo Agroindustrial. Não se esquecendo de que não se trata de mudanças abruptas, mas sim de um processo gradativo, como será tratado a seguir, que no Brasil durou décadas.

Discutiremos também os conceitos de *campesinato* e *agricultura familiar*; a trajetória das lutas camponesas no Brasil e a participação do Estado brasileiro na configuração da estrutura agrária do país.

2.1.1 Agronegócio

Segundo Brum (1988), a agricultura intensiva, prática que se baseia no uso intenso do solo por meio de técnicas modernas, como o uso de fertilizantes artificiais, defensivos, agrotóxicos entre outras, é uma prática implantada pela Revolução Verde, processo de transformação na agricultura que se iniciou por volta de 1935 nos Estados Unidos da América, e por volta de 1943 no Brasil. A introdução de novos processos no modo da produção agrícola iniciou-se por volta de 1935 como tentativa de evitar uma queda na produção de alimentos, concentrada nos Estados Unidos da América e no Canadá, diante da possibilidade de uma guerra mundial, que acabou ocorrendo.

“Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização” (BRUM, 1988, p. 44).

A partir da Revolução Verde houve grande aumento da produção de alimentos em tempos e espaços menores, em virtude da inserção de novas técnicas, insumos, máquinas agrícolas, etc. no processo de produção, o que caracterizou a revolução agrícola. No entanto a demanda de produtividade e os interesses econômicos levaram a agricultura a ocupar grandes áreas de terra. A agricultura transformou-se mais tarde em um ramo das atividades comerciais e industriais, terminando por se tornar dependente desses dois setores, formando o complexo agroindustrial (BRUM, 1988).

É desse contexto que surge o que hoje se entende por agronegócio, que em outras palavras é a comercialização da agricultura, que ocorre em suas diversas fases, desde a produção das máquinas, sementes e insumos necessários para o plantio até a comercialização do produto final. Forma-se assim toda uma cadeia de dependência entre o capital e a agricultura, onde esta última se torna um produto comerciável e fonte de lucros do agronegócio, também chamado de *agribusiness*, termo estadunidense criado para designar a atividade econômica que engloba a produção, estocagem e comercialização de produtos alimentícios.

Geralmente esta cadeia de dependência agrícola em relação ao capital é dominada por algumas transnacionais do setor que atuam no mundo inteiro, como a Cargill, a Monsanto, a Ema Empreendimentos, entre outras.

O complexo agroindustrial segundo Brum (1988, p. 104)

Entende-se por complexo agroindustrial um conjunto de atividades econômicas – agrícolas, industriais, comerciais e financeiras – que apresentam elevado grau de integração entre si. Dentro deste conjunto de atividades a agricultura se encontra numa situação desvantajosa, dependente do sistema financeiro como também das indústrias de máquinas e insumos, das indústrias de transformação e das empresas de comercialização.

Sobre a instituição do complexo agroindustrial no Brasil, Guimarães (1982), que também considera a abolição da escravatura como passo importante para a Revolução Agrícola no Brasil, considera que esse processo foi muito lento, se comparado com a Revolução Agrícola ocorrida na Europa. Ressalta como algumas justificativas dessa lentidão as dificuldades que foram encontradas em se estabelecer uma divisão do trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar para que se separasse o processo de produção da manufatura dos produtos, e a adoção de técnicas agrícolas mais eficientes, como a rotação de terras, por exemplo.

Em função de todas essas transformações temos hoje uma agricultura completamente diferente daquela praticada pelos nossos antepassados, onde o objetivo maior de se plantar era somente se alimentar. Inovações tecnológicas gigantescas agora fazem parte da agricultura. Diante desse contexto surgem novas relações com a agricultura, como o conceito de agricultura de precisão.

Agricultura de precisão é, segundo Balestreire (1999, p. 34), “um conjunto de técnicas que permite o gerenciamento localizado de culturas”. O conceito não é novo, já havendo casos de gerenciamento localizado de culturas desde 1929, o autor ressalta ainda que:

Com o aparecimento de sistemas de informações geográficas e de rastreamento via satélite, o conceito de gerenciamento localizado de culturas, pode ser estendido para o monitoramento de outras operações que não são necessariamente aquelas de aplicações localizadas de insumos, como por exemplo, o levantamento de mapas de fertilidade de solos, o monitoramento de operações de colheita, ou de outras operações mecanizadas (BALESTREIRE, 1999, p. 34).

O uso de tecnologias no campo é maciço, perpassando por inovações que vão desde técnicas diferenciadas até a utilização de equipamentos dos mais diversos níveis de sofisticação e usos, como programas de computadores, satélites, etc.

2.1.2 Agricultura Familiar

O conceito que se tem de agricultura familiar é semelhante ao conceito de camponês, em ambos há o predomínio do trabalho da família. No entanto, Fernandes (2004) considera que, embora o camponês e o agricultor familiar sejam o mesmo sujeito a ideia de agricultor familiar é uma tentativa de esvaziar o histórico de resistência do camponês, já que o agricultor familiar é tido como sujeito conformado com as condições impostas pelo capital. Fernandes (2004) ressalta ainda que na perspectiva da agricultura familiar o camponês é visto como atrasado e o agricultor familiar como moderno.

Neves (s.d.) aponta que nos Estados Unidos vários autores ao tratarem do tema agricultura familiar fizeram uma diferenciação entre sistema de agricultura familiar e sistema de agricultura industrializada empresarial destacando a ameaça da agricultura industrializada empresarial sobre a agricultura familiar. Segundo a autora, essa perspectiva analítica não foi incorporada por pesquisadores brasileiros porque os agricultores daqui foram reconhecidos como integrados ou tecnificados e foram estudados sob esta perspectiva.

Neves (s.d., p. 08) aponta ainda que

Por conseguinte, nesse contexto nacional de produção acadêmica em torno das atividades agropecuárias e seus respectivos agentes, não há referência ao uso do termo agricultura familiar. Os princípios de classificação recaem sobre a renda, sobre as condições de vinculação ao mercado, sobre os modos de apropriação da terra e de produzir, bem como de apropriação do produto do trabalho.

Sobre a agricultura familiar no Brasil a autora faz a seguinte pontuação

E no Brasil foi assumido tanto por pesquisadores de múltiplas disciplinas, como pela representação política dos trabalhadores rurais. Todos operaram nessa consagração classificatória, mas para fazer reconhecer legitimidade e a modernidade dos objetivos da ação política de trabalhadores rurais, de assentados e agricultores parcelares, em busca de enquadramento profissional, de acesso a recursos creditícios e de assistência técnica, enfim, em tese asseguradores da reprodução de modos de produzir sob orientação relativamente diversa da organização capitalista (NEVES, s. d., p. 09).

Neves (s.d.) resume que o termo agricultura familiar no Brasil corresponde à soma de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, sob o apoio de instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Pode se entender então, que a agricultura familiar constitui mais uma categoria político-econômica do que propriamente uma categoria histórico-social, daí pode se justificar o surgimento de algumas idéias que não se conformam com a substituição terminológica de camponês por agricultor familiar, sob os argumentos de que o termo agricultor familiar esvazia a história do camponês; de que o agricultor familiar, diferentemente do camponês, é conformado com o capitalismo; assunto que será tratado no próximo tópico.

A questão da produção agrícola brasileira passa por realidades contrárias, onde de um lado figura a produção familiar, muitas das vezes feita sem apoio governamental efetivo e acesso a tecnologias básicas, e de outro o setor agroindustrial, fartado de incentivos fiscais e tecnologias. Isso gera uma diferenciação da função social da terra, e reforça as desigualdades fundiárias do país calcadas no grande latifúndio.

Oliveira, U. (2001), em seu livro “A longa marcha do campesinato brasileiro” considera que a expansão do trabalho assalariado no campo, ou seja, o avanço do capitalismo no campo, não fez o camponês desaparecer. Para ele, o avanço do capitalismo no campo ocorre de formas variadas e contraditórias, e o camponês está inserido no processo capitalista.

A exclusão constitui apenas uma fatia desse processo, as monoculturas ocupam territórios cada vez maiores, a agricultura se transforma em commodities e assim segue o processo de expropriação do camponês pelo capital fundiário.

Para Oliveira, U. (2001, p. 186)

Assim a chamada modernização da agricultura não vai atuar no sentido da transformação dos latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais e urbanos – sobretudo no Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários. A política de incentivos fiscais da Sudene e da Sudam foram os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão. Dessa formas, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história da humanidade.

A realidade dos grandes latifúndios brasileiros é que eles não cumprem com seu papel social assim como deviam cumprir. Oliveira, U. (2001) aponta que a grande maioria dos latifúndios com mais de 100 hectares no Brasil são improdutivos, concentrados nas mãos de

grupos capitalistas com finalidades especulativas e fiscais diversas e que não objetivam algum tipo de produção, além de serem grandes sonegadores fiscais de ITR (Imposto Territorial Rural).

É evidente a concentração fundiária no Brasil, que gera desigualdades sociais e improdutividade agrícola, enquanto agricultores familiares produzem alimentos básicos para a população os grandes imóveis rurais são utilizados como meio de acúmulo de capital.

Analisando o mapa da área dos imóveis rurais no Brasil (mapa 04) é possível notar que a concentração fundiária no Brasil é grande, tomando-se por base os imóveis médios e grandes. A quantidade de imóveis médios (áreas amarelas do mapa) é significativa no oeste do estado de Minas Gerais, no noroeste do estado do Amazonas, praticamente ocupam toda a área dos estados de Goiás e Tocantins. No centro do Mato Grosso do Sul também é notória essa concentração fundiária.

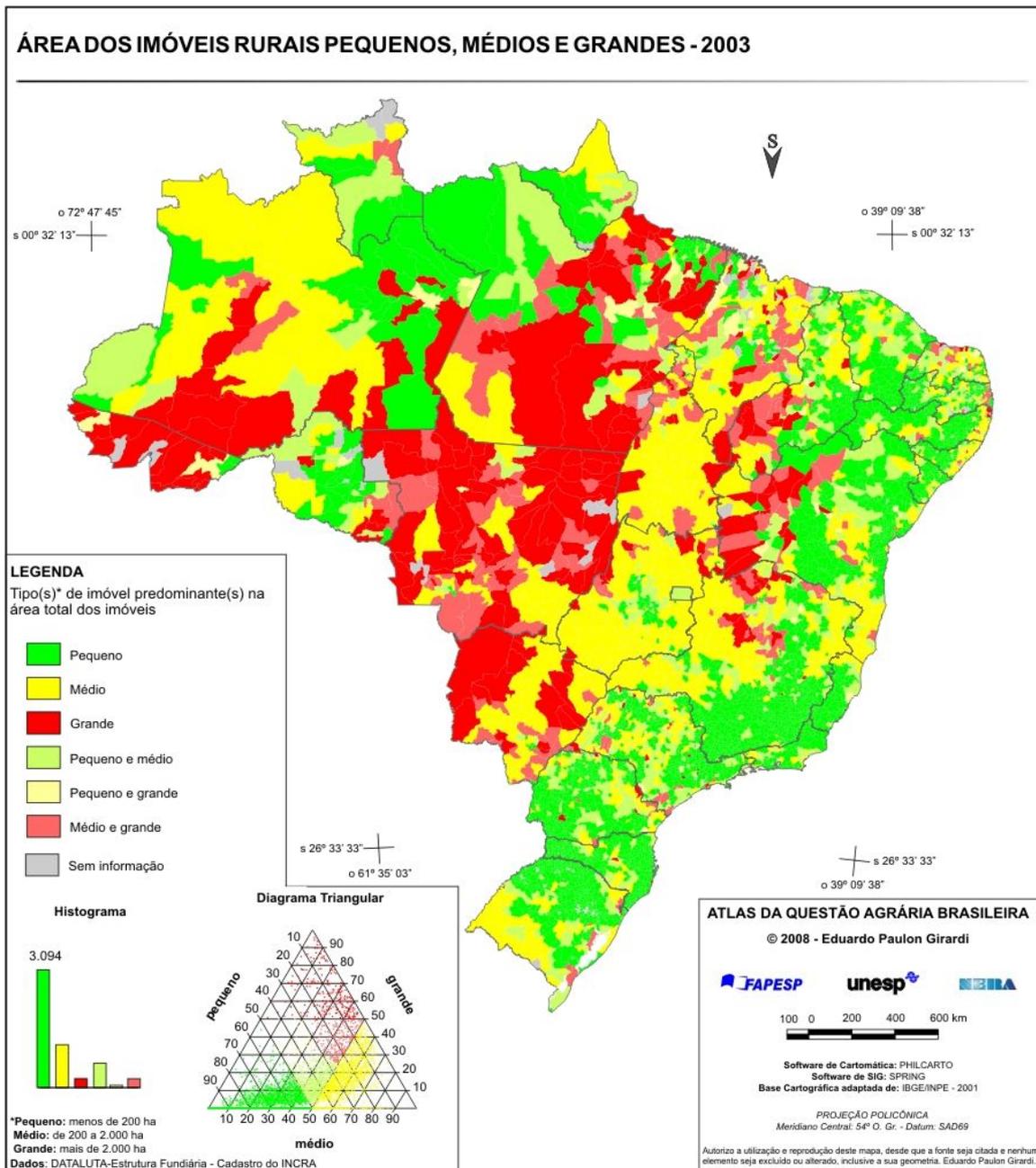
Se considerarmos os imóveis grandes (áreas vermelhas do mapa) nota-se que a concentração fundiária é muito grande no sul do Pará, no oeste do Mato Grosso do Sul, em quase todo o estado do Mato Grosso, no sudoeste do Amazonas e praticamente em todo o estado do Acre, alguns desses locais vem presenciando atualmente violentos conflitos por terra, como o sul do estado do Pará, envolvendo madeireiros, empresas agropecuárias, posseiros, grileiros e indígenas, em outras dessas áreas é o agronegócio da soja, e mais recentemente da cana-de-açúcar que vem tomando conta de boa parte das terras, como no estado do Mato Grosso, por exemplo.

Oliveira, U. (2001, 188 e 189) afirma que

No Brasil do século XX, esta combinação estrutural marcou o campo brasileiro: nas unidades camponesas, predomínio do trabalho familiar; nas unidades capitalistas, a presença dominante do trabalho assalariado. Ocupando uma superfície de 70,5 milhões de hectares (18% do total do país) a agricultura camponesa no Brasil vem construindo seu lugar na sociedade brasileira. O acesso ao crédito rural tem sido difícil, pois apenas 5% tem acesso ao mesmo, ficando com apenas 30% do total.

Apesar do esforço e do avanço da agricultura familiar, conquistando espaço na produção de alimentos, faltam políticas de apoio e incentivo ao camponês, que se vê em uma luta difícil para produzir enquanto as propriedades capitalistas se fartam de investimentos e incentivos para produção de alimentos, que na maioria das vezes sequer vem atender as necessidades do mercado interno, ou mesmo se utilizam de suas terras para conseguir financiamentos para os mais diversos fins.

Mapa 04 – Área de imóveis rurais brasileiros.



Fonte: GIRARDI (2003).

Faltam também tecnologias nas pequenas propriedades de agricultura familiar, muitas delas não contam sequer com eletricidade, o que dificulta o acesso á tecnologias básicas de produção, como um triturador para ração, tanques de resfriamento de leite, etc.

Mesmo diante desse quadro de falta de apoio, a agricultura familiar vem respondendo por grande parte da produção de alimentos de primeira necessidade do brasileiro, Oliveira, U. (2001, p. 189) aponta que

Mesmo assim esses teimosos camponeses são responsáveis por mais de 50% da produção de batata-inglesa, feijão, fumo, mandioca, tomate, agave, algodão em caroço arbóreo, banana, cacau, café, caju, coco, guaraná, pimenta-do-reino, uva e a maioria absoluta dos hortigranjeiros. Produzem também mais de 50% do rebanho suíno, das aves, dos ovos e do leite.

É notória a importância da agricultura familiar para o quadro agrícola do Brasil e a inadimplência social dos grandes latifúndios.

O sistema de produção de alimentos contemporâneo está quase todo estruturado sob o regime do agronegócio, onde grandes empresas produzem em larga escala e em regime de monocultura os produtos alimentícios de maior necessidade de consumo, dominando o processo produtivo e excluindo dele o pequeno produtor. Outro problema grave além da exclusão do pequeno produtor é que as grandes empresas do agronegócio não se preocupam em produzir aquilo que é necessário para alimentar a população, mas sim aquilo que tem maior valor no mercado e dá maiores lucros, que é o caso da cana-de-açúcar e a soja.

Girardi & Fernandes (2008, p. 74 e 75) afirmam que

O Brasil é um país caracterizado por desigualdades sociais e regionais resultantes da concentração da riqueza. Os problemas da questão agrária, relativos à vida e produção no campo, compõem o conjunto de questões estruturais que barram outro modelo de desenvolvimento para o país, mantendo suas características contraditórias em favor de um pequeno número privilegiados que detém os meios de produção e controla a política e as finanças. Com apenas 18,8% da população vivendo no campo, um êxodo rural de 4,2 milhões de pessoas no período 1991-2000 e a extinção de 1,5 milhões de postos de trabalho no campo no período 1996-2006 (IBGE, 2006), o Brasil é o quinto maior exportador mundial de produtos agropecuários, especialmente soja, açúcar e álcool, suco de laranja, café, papel e celulose, fumo, algodão e milho, além de ser o maior exportador mundial de carne. Esses produtos são responsáveis por grande parte do superávit da balança comercial brasileira, que garante aos ricos e à classe média a inserção no circuito global de consumo.

A maior parte da cana-de-açúcar produzida no Brasil é destinada à produção de álcool e não à produção de açúcar, levando à escassez desse produto e à alta de seus preços, como ocorreu em 2010 no estado de Goiás onde um pacote com 2 quilos de açúcar chegou a custar mais que um pacote com 5 quilos de arroz. Com a soja não é diferente, as grandes empresas do agronegócio não estão preocupadas em produzir leite de soja, carne de soja, nem óleo de soja, mas sim ração para animais, pois é muito mais lucrativo, os produtos alimentícios destinados ao consumo humano provenientes da soja são fabricados a partir de subprodutos da soja, restantes da produção de rações para aves, bovinos e suínos.

É evidente que o agronegócio traz impactos sociais graves para a sociedade, principalmente no que diz respeito ao trabalho no campo e ao acesso da população aos alimentos essenciais à sobrevivência.

Silva (2008, p. 65) considera que

A produção de alimentos está cada vez mais nas mãos de poucas empresas que dominam as cadeias produtivas do chamado *agrobusiness*, ou seja, as empresas transnacionais que controlam o comércio nacional e internacional de cereais sementes, agrotóxicos: Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont, Basf e Dow. Essas seis empresas controlam a produção de sementes do mundo. Em contrapartida, Cargill, ADM, ConAgra, Bunge e Dreyfus, juntos dominam mais de 80% do comércio mundial de cereais.

Para o agricultor familiar torna-se muito difícil produzir alimentos diante das novas tecnologias que surgem no mercado constantemente, o desaparecimento das sementes crioulas, por exemplo, coloca o agricultor familiar cada vez mais dependente de grandes empresas produtoras de sementes, como a Monsanto e outras tantas, que cada vez mais criam mecanismos de monopólio da produção e comercialização de sementes, criando variedades híbridas ou que permitem o uso de somente um tipo de agrotóxico.

Se há algumas décadas o debate em torno da agricultura familiar era *como manter o homem no campo face o êxodo rural*, hoje o debate é, ou pelo menos deveria ser *como manter o homem no campo face o imperialismo do agronegócio*. Oliveira, U. (s.d., p. 06) considera que

As Bolsas de Mercadorias e de Futuro tornaram-se o centro da comercialização mundial da produção de alimentos. Isto quer dizer que o comando sobre a produção e a definição dos preços dos alimentos não dependem mais do processo produtivo e si e de seus fatores, mas, dependem da lógica das players nas operações das bolsas mundiais. O chamado mercado futuro passou a comandar a decisão sobre o que plantar e quanto plantar. Ou seja, o capitalista antes de plantar já vende sua produção, ainda não plantada, às multinacionais que são as players, que controlam a circulação da produção mundial de alimentos. Os monopólios mundiais de alimentos são produtos do processo de transformação do capitalismo nesta etapa contemporânea já indicada. Eles nasceram do processo de mundialização do capital, deixaram de ser apenas internacional para serem multinacionais. Não importa mais se de origem estrangeira ou nacional a um país determinado. Assim, as principais empresas mundiais voltadas para a produção de alimentos são a ADM, Cargill, Bunge e Louis Dreyfus, as quatro maiores controladoras da circulação mundial de grãos. No Brasil cabe destacar neste setor, também o Grupo André Maggi e a Caramuru.

Órgãos públicos, sindicatos de trabalhadores rurais e outros segmentos buscam hoje formas de conciliar a agricultura familiar com o agronegócio, haja vista que todos

reconhecem que a agricultura familiar na contemporaneidade transformou-se e muito diante dessa dinâmica “chamativa”, e que os caminhos que se desviam do agronegócio acabam quase sempre se convergendo novamente no agronegócio.

Existem vários programas de governo que procuram a interligação da agricultura familiar com o setor bioenergético, como o Selo Combustível Social.

Para estimular ainda mais esse processo, o Governo Federal lançou o Selo Combustível Social, um conjunto de medidas específicas visando estimular a inclusão social da agricultura, nessa importante cadeia produtiva, conforme Instrução Normativa no. 01, de 05 de julho de 2005. Em 30 de Setembro de 2005, o MDA publicou a Instrução Normativa no. 02 para projetos de biodiesel com perspectivas de consolidarem-se como empreendimentos aptos ao selo combustível social. O enquadramento social de projetos ou empresas produtoras de biodiesel permite acesso a melhores condições de financiamento junto ao BNDES e outras instituições financeiras, além dar direito de concorrência em leilões de compra de biodiesel. As indústrias produtoras também terão direito a desoneração de alguns tributos, mas deverão garantir a compra da matéria-prima, preços pré-estabelecidos, oferecendo segurança aos agricultores familiares. Há, ainda, possibilidade dos agricultores familiares participarem como sócios ou quotistas das indústrias extratoras de óleo ou de produção de biodiesel, seja de forma direta, seja por meio de associações ou cooperativas de produtores (BRASIL, 2011, p. 01).

Programas como esses evidenciam o poder do agronegócio sobre a agricultura familiar. Não podemos, obviamente, negar que são alternativas que fortalecem a agricultura familiar hoje, segundo a lógica do Estado de atrelar o agricultor familiar ao agronegócio, mas é prova de que as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar são amarradas ao agronegócio, já que este se tornou um sistema quase único de produção agrícola. No entanto um verdadeiro fortalecimento para o camponês e/ou agricultor familiar seria uma verdadeira reforma agrária capaz de modificar a estrutura fundiária do país e não meramente distribuir alguns lotes de terras.

O fato é que o capital se apropria de tudo e sempre se reorganiza e se entranha em tudo, se hoje surge uma alternativa agroecológica amanhã surge uma grande empresa do agronegócio oferecendo produtos “agroecológicos” no mercado.

Será que esse Estado que tanto faz propagandas em prol da agricultura familiar, das políticas de apoio aos pequenos agricultores por meio de diversos programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) realmente se preocupa com a manutenção da agricultura familiar ou tem interesse de inserí-la no modo de produção da agricultura capitalista?

À luz dos fatos o Estado é amigo, e também refém do capital, buscando por meio de financiamentos, incentivos a aquisição de tecnologias por parte do agricultor familiar,

integrá-lo com o agronegócio. Não se vê o Estado incentivando o camponês/agricultor familiar a trabalhar de forma autônoma, com capacidade econômica para adquirir tecnologias que o beneficiem sem se tornar um eterno endividado dos grandes bancos e empresas do agronegócio (principalmente de máquinas e insumos agrícolas). O que se vê é marketing tentando convencer o pequeno agricultor que a agricultura pode dar a ele algo a mais do que alimentos para sua sobrevivência: pode dar lucros.

A esse respeito Silva (2008, p. 65) considera que o controle monopolizado sobre produção de sementes, fertilizantes, agrotóxicos, da produção e distribuição agrícola são situações impostas à agricultura familiar que culminam com sua extinção ou com sua associação com grandes empresas do agronegócio, utilizando além do monopólio da produção agrícola, instrumentos políticos poderosos como a OMC (Organização Mundial do Comércio) que adota políticas mundiais de modo a pressionar os países a desestimular a produção agrícola familiar e incentivar o agronegócio.

Nesse sentido cabe ao Estado atuar na mesma direção que o capital, já que ele é o modelo vigente e as relações extra capitalistas são sitiadas por sua hegemonia.

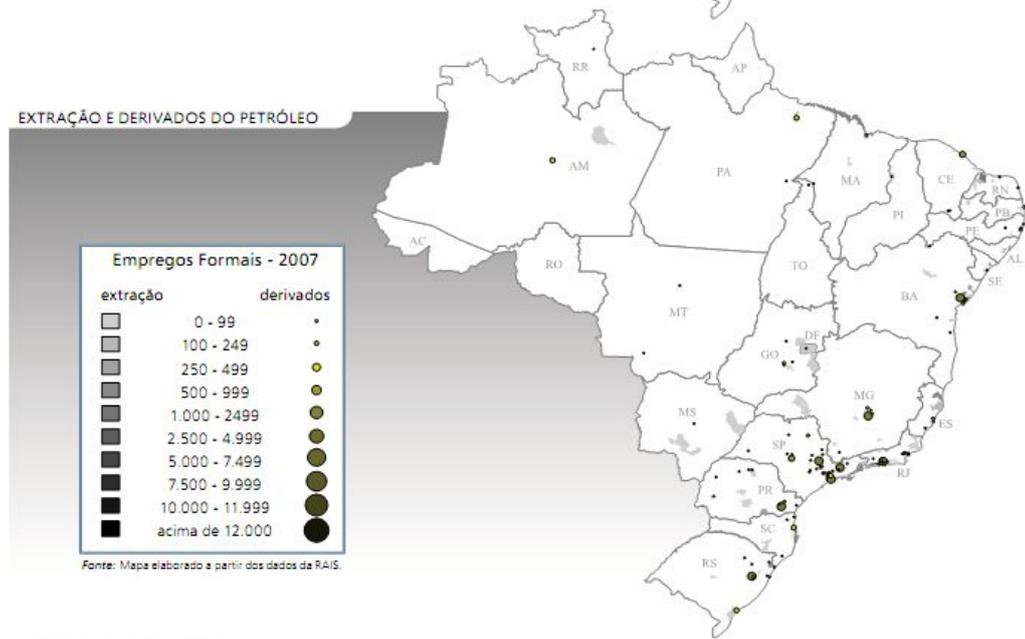
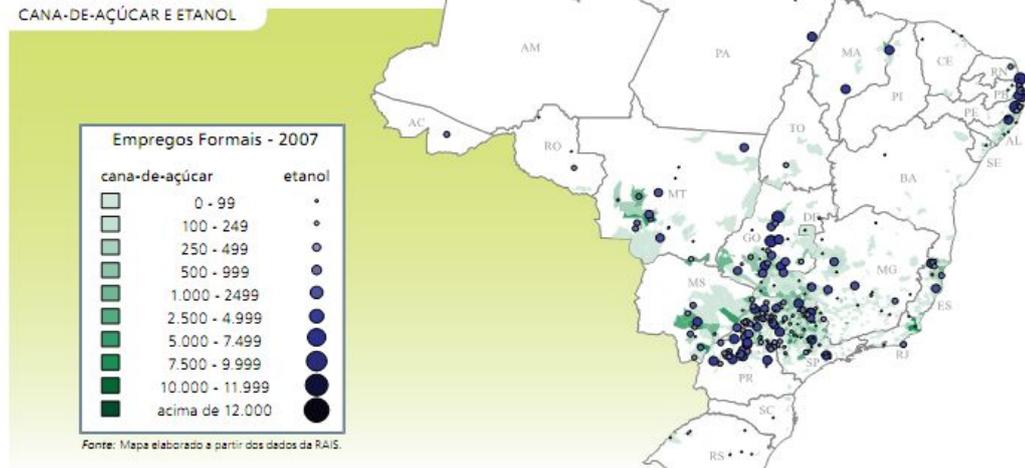
Nessa perspectiva da capitalização da agricultura que o setor da bioenergia se expande no campo e impõe um novo conceito de agricultura: agricultura para produção de energia.

Há quem veja o setor bioenergético como alternativa social, Macedo e Sousa (2009) afirmam que o setor sucroenergético gera muito mais emprego e renda que outros setores energéticos, como o petrolífero (que concentra a geração de renda e empregos em algumas localidades), e que segundo constatado por meio dos dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) de 2007, os salários dos trabalhadores da cana são mais altos que os salários dos trabalhadores das lavouras de arroz, milho, mandioca e café, sendo mais baixo somente que os salários dos trabalhadores das lavouras de soja, conforme o mapa (mapa 05).

Mapa 05 – Distribuição da geração de emprego do etanol e do petróleo no Brasil.

18 **ETANOL E BIOELETRICIDADE** A cana-de-açúcar no futuro da matriz energética

A CAPILARIDADE DO ETANOL E A CONCENTRAÇÃO DO PETRÓLEO



DOIS SETORES, UM ABISMO
Em unidades, em 2007

Setor	Estados	Municípios	Empregos	Estabelecimentos
Etanol (*)	25	1.042	465.236	16.829
Petróleo (**)	24	176	73.075	1.239

Nota: (*) Inclui lavoura de cana e produção de álcool. (**) Inclui extração de petróleo e produção de derivados.
Fonte: RAIS (2007), PNAD (2007).

Fonte: MACEDO e SOUSA (2009 p. 18).

A produção de alimentos pela agricultura familiar hoje sofre pressões e ameaças constantes do agronegócio que “engole” pequenos agricultores e impoem a estes condições de

sobrevivência muito perversas, fazendo com o que o agricultor familiar reduza a produção de alimentos. Aumenta-se a concentração fundiária e produtiva, e o Estado, como bom amigo do capitalismo promove a expansão do setor sucroenergético às custas de fartos subsídios, demonstrando mínimas preocupações com a segurança alimentar.

2.1.3 Camponês

Vamos inicialmente fazer uma conceituação básica do que é camponês para a maioria dos estudiosos que tratam do assunto, em seguida conhecer as concepções de alguns autores a cerca do tema. Para a maioria dos estudiosos do assunto, camponês é o trabalhador do campo que trabalha para o próprio sustento e que tem base de trabalho a unidade familiar. Essa é uma definição simples para situar-se no tema, o que não esgota a discussão.

Marques (2008, p. 60) afirma que

A origem do conceito de camponês está relacionada à realidade da idade média européia, mas a formação do campesinato brasileiro guarda as suas especificidades. Aqui, o campesinato é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista.

Marques (2008, p. 60) ressalta ainda que

O conceito de camponês adquire lugar de destaque nas ciências sociais brasileiras nos anos 50 ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira.

Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul - dependendo de sua origem, se imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho etc.

Marques (2008) esclarece que no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 o debate em torno da questão agrária se torna mais complexo em função das mudanças verificadas no campo e do surgimento de novos movimentos sociais, como o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, os movimentos dos atingidos por barragens, os movimentos de seringueiros, etc.

Foi nesse período que explodiram diversos movimentos sociais de luta pela terra.

Para Marx apud Duarte (2003, p. 07) “À medida que avança o sistema capitalista, a propriedade camponesa tende a desaparecer, sendo substituída pela exploração capitalista, já dominada pelo capital a qual visa o lucro e sua reprodução”. Essas afirmações de Marx se deram durante a realidade vivenciada na Inglaterra nos séculos XIII e XIX.

Fernandes (2004) considera que no século XIX surgiram diversas teorias sobre as perspectivas do campesinato no capitalismo, que deram origem a três paradigmas principais. O primeiro deles é a do fim do campesinato.

Ainda é muito forte o paradigma do fim do campesinato. Esse modelo de interpretação do campesinato tem duas leituras. Uma está baseada na diferenciação gerada pela renda capitalizada da terra que destrói o campesinato, transformando pequena parte em capitalista e grande parte em assalariado. A outra leitura do fim do campesinato acredita simplesmente na inviabilidade da agricultura camponesa perante a supremacia da agricultura capitalista (FERNANDES, 2004, p. 01).

Nessa perspectiva, frente à supremacia do capital o camponês se tornaria um produtor capitalista, ou acabaria se tornando um trabalhador assalariado; ou mesmo ficaria inviabilizado de produzir diante da supremacia da agricultura capitalista, deixando assim de ser camponês.

O segundo paradigma apontado por Fernandes (2004) é do fim do fim do campesinato.

O paradigma do fim do fim do campesinato tem uma leitura mais ampla que o anterior. Entende que a destruição do campesinato pela sua diferenciação não determina o seu fim. É fato que o capital ao se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho familiar camponês, por meio da renda capitalizada da terra, gera a diferenciação e a destruição do campesinato. Mas, igualmente, é fato que ao capital interessa a continuação desse processo para o seu próprio desenvolvimento. Em diferentes condições, a apropriação da renda capitalizada da terra é mais interessante ao capital do que o assalariamento. Por essa razão, os proprietários de terra e capitalistas oferecem suas terras em arrendamento aos camponeses ou oferecem condições para a produção nas propriedades camponesas (FERNANDES, 2004, p. 01 e 02).

Desse modo a mesma influência que o capital exerce que destrói o campesinato, serve para perpetuá-lo por meio do oferecimento de terras por arrendamento aos camponeses para que eles produzam ou por meio do oferecimento de condições para que os camponeses produzam em suas próprias terras, já que o capital precisa do camponês para seu próprio desenvolvimento.

Podemos tomar por base dessa teoria as políticas públicas atuais para a agricultura familiar, que incentiva e busca sempre a inserção do camponês no mercado, mesmo que de

uma forma sutil. A exemplo disso pode se citar os financiamentos governamentais de incentivo da produção de matéria-prima para a fabricação de biocombustíveis, como vem sendo realizadas por meio do PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar), por exemplo.

Já o terceiro paradigma, para Fernandes (2004) seria o da metamorfose do campesinato.

O paradigma da metamorfose do campesinato surgiu na última década do século XX e é uma espécie de “terceira via” à questão do campesinato. Acredita no fim do campesinato mas não no fim do trabalho familiar na agricultura. Desse modo utiliza o conceito de agricultor familiar como eufemismo do conceito de camponês. A partir de uma lógica dualista de atrasado e moderno, classifica o camponês como atrasado e o agricultor familiar como moderno. Essa lógica dualista é processual, pois o camponês para ser moderno precisa se metamorfosear em agricultor familiar. Esse processo de transformação do sujeito camponês em sujeito agricultor familiar sugere também uma mudança ideológica. O camponês metamorfoseado em agricultor familiar perde a sua história de resistência, fruto da sua pertinácia, e se torna um sujeito conformado com o processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo (FERNANDES, 2004, p. 02).

Nesse processo o camponês se transforma em agricultor familiar, o que para Fernandes (2004) é uma conformação com uma diferenciação vista como processo natural do capitalismo. Ressalta ainda que esse paradigma é uma forma de esvaziar a história do campesinato diante de uma incapacidade de explicar as perspectivas e a persistência do campesinato.

Ainda segundo Fernandes (2004) camponês e agricultor familiar são um só, as diferenciações são ideológicas construídas politicamente para romper com a perspectiva de superação do campesinato.

Nesse sentido, conviver com as desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo é natural. Produzir o espaço camponês ou do agricultor familiar dentro da lógica do capital torna-se a única opção. Aceitar suas políticas torna-se a única saída. Não há perspectiva fora do espaço do capital e lutar contra essa lógica é ser atrasado, perdendo a oportunidade dada pelo capital em tornar-se moderno (ou agricultor familiar). Aceitar as políticas públicas de desenvolvimento da agricultura capitalista torna-se normal. Lutar contra é algo anormal. Assim, os camponeses ou agricultores familiares são incorporados ao agronegócio, esse conceito que coloca todos num mesmo saco: capitalistas e camponeses. Mas esse saco tem dono, que não é o camponês. A produção agrícola camponesa passa a ser contada como produção do agronegócio, de modo a parecer que os camponeses nada produzem. Os paradigmas determinam políticas públicas. O paradigma da metamorfose do campesinato caiu no gosto dos grandes empresários e de muitos intelectuais, assim como do governo FHC e do governo Lula. Por essa razão, é a lógica desse paradigma que tem determinado as políticas públicas para a agricultura camponesa desde meados da década de 1990 (FERNANDES, 2004, p. 04).

Fernandes (2004) aponta um dos critérios principais para a caracterização e descaracterização do camponês.

Portanto, o camponês é compreendido por sua base familiar. Pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual. A base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato. Em toda sua existência essa base foi mantida e é característica fundamental para compreendê-la. Existem diferentes compreensões a respeito dessa caracterização e descaracterização. Uma delimitação possível é incluir o trabalho assalariado nas seguintes condições: o número de trabalhadores assalariados igual ou menor ao número de membros da família. E com trabalho executado na própria unidade de produção familiar. Portanto, a delimitação conceitual de campesinato inclui a questão das diferenças ideológicas dos paradigmas, o limite do trabalho familiar e de sua extensão em trabalho assalariado em número nunca maior que o número de membros da família trabalhando em sua própria unidade de produção. Esse é um conjunto de critérios para delimitar o conceito de camponês (FERNANDES, 2004, p. 03 e 04).

No Brasil as discussões em torno das delimitações conceituais do campesinato se pautam no viés econômico que envolve o modo capitalista de produção e suas influências no campo.

Oliveira, U. (2001, p. 185) faz a seguinte consideração a cerca do campesinato brasileiro

Dessa forma, penso que o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele.

Oliveira, U. (2007) reforça que o camponês é um sujeito formado pela contradição do capitalismo, e que mesmo ele estando inserido no processo capitalista de produção como trabalhador, seja ele assalariado ou pequeno produtor, ele não deixa de ser camponês. Considera como camponeses os integrantes de diversos movimentos sociais brasileiros na atualidade, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, as lutas dos peões contra a peonagem, as lutas pelo trabalho na terra dos posseiros, entre outros.

Mesmo com tantas contradições a cerca do conceito de camponês, há uma definição comum a quase todos os intelectuais acerca do tema: camponês é aquele que planta para auto-consumo e luta pela direito e permanência à/na terra.

O processo de capitalização da agricultura é um elemento utilizado para a delimitação sobre o conceito de camponês, e esse processo tem gerado expropriação do camponês, que tem gerado conflitos no campo e o surgimento de movimentos sociais de resistência no campo.

Oliveira, U. (1996) afirma que o processo histórico das lutas no campo vem desde o período escravocrata, perpassando pelas lutas nas fazendas de café, as lutas de Canudos e Contestado até as lutas de meados do século XX, de onde surgiram grandes movimentos de lutas camponesas, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra).

Oliveira, U. (2001) afirma que a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses brasileiros não se limita somente em conquistar a terra, mas também para se manter nela como produtores de alimentos essenciais à sociedade brasileira. A luta é permanente, e os camponeses não são entraves ao desenvolvimento da produção e a chegada do capitalismo ao campo, ao contrário, eles lutam para ter acesso a terra, acesso que se torna difícil diante da indiferença de diferentes governos que não incluem esses camponeses em suas políticas públicas.

As lutas no campo não são, portanto, atuais, são uma herança da política fundiária brasileira que vem de séculos, e que envolveu diversos personagens ao longo desse processo. Oliveira, U. (2001) lembra que muitas lideranças das ligas camponesas dos anos de 1950 e 1960 que balançaram o campo nordestino e ganharam projeção nacional foram assassinadas.

Nos anos 50 e 60 do século XX as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram assassinadas. A Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) foi criada e o governo de João Goulart iniciou um processo de Reforma Agrária, criando a SUPRA (OLIVEIRA, U., 2001, p. 190).

Aliada à violência no campo vinha também o descaso dos governos com a reforma agrária, o que gerava ainda mais violência e atrocidades cometidas por latifundiários que não queriam perder suas terras.

Entretanto, a violência do golpe militar de 64 sufocou o anseio de liberdade do morador sujeito dos latifúndios armados do Nordeste brasileiro e de muitos camponeses sem terra que a crise do café e o início da industrialização estavam gerando. Os militares extinguiram a SUPRA e criaram o Instituto Brasileiro da

Reforma Agrária (IBRA), mas Reforma Agrária, nunca fizeram, mesmo depois de promulgarem o Estatuto da Terra, em novembro de 1964 (OLIVEIRA, U., 2001, p. 190).

A reforma agrária pela qual o Brasil necessita passar para dar mais dignidade a quem quer de fato trabalhar na terra, há décadas vem sendo negligenciada pelos governos, posto que muitos deles tenham ligação política direta ou indireta com o interesse dos grandes latifundiários, e assim as medidas vão sendo passadas de um mandato a outro sem muitos avanços. A exemplo disso (OLIVEIRA, U., 2001, p. 200) ressalta que

Tomando-se a década de 60 como recorte histórico, verifica-se que naquela época o campo estava sacudido pelas Ligas Camponesas. O governo João Goulart, pressionado politicamente, criou a SUPRA, iniciou um processo de Reforma Agrária, um dos motivos de ter sido derrubado em abril de 64. O governo Castelo Branco – e seu ministro do Planejamento, Roberto Campos – sancionou o Estatuto de Terra, o instrumento legal da Reforma Agrária no Brasil. Roberto Campos informou previamente os deputados de que iriam aprovar o Estatuto da Terra, de que ele seria aprovado, porém não implantado. Passado o período do governo militar, pode-se verificar que, de fato, ele não foi implantado. Coube a José Sarney elaborar o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no Estatuto da Terra aprovado pelos militares.

Na reta final do governo militar os entraves políticos continuaram atrapalhando a reforma agrária no país e dando margens para mais violência no campo.

Como a pressão social vinha aumentando desde o final dos anos 70 e início dos 80, o governo da Nova República aceitou a elaboração do 1º PNRA. Durante a visita que Tancredo Neves fez ao Vaticano, inclusive, a única coisa que o Papa lhe pediu foi a realização da Reforma Agrária. Por esse motivo, Nelson Ribeiro, ligado à Igreja, foi o primeiro ministro da Reforma Agrária. O 1º PNRA, anunciado em um congresso de trabalhadores rurais, deu início à movimentação contrária dos setores ruralistas que faziam parte do governo da Nova República visando a impedir sua implantação. A violência no campo cresceu brutalmente, com a reação latifundiária emergindo liderada por Ronaldo Caiado. Para proceder a leilões de gado foi criada a UDR, que praticamente “militarizou” os latifundiários visando frear a implantação do plano. Como consequência, houve uma sucessão de ministros no Ministério da Reforma Agrária, que culminou com a morte de Marcos Freire, e de toda a alta cúpula do Incra, no episódio do Aeroporto de Carajás no Sudeste do Pará, quando o avião em que estavam caiu (OLIVEIRA, U. 2001, p. 200).

Oliveira, U. (2001) aponta que no governo Collor a UDR (União Democrática Ruralista) praticamente assumiu o comando da reforma agrária, e que no governo de Itamar Franco as coisas também não mudaram já que o ministro da agricultura era o ex-vice de Collor (ex-presidente do Brasil, antecessor de Itamar Franco).

Oliveira, U. (2001) lembra que no governo de Fernando Henrique Cardoso as pressões sociais fez como que ele ampliasse os assentamentos, mas esta medida contrastou

com a criminalização dos movimentos das lideranças desses movimentos e com a repressão policial.

No governo Lula as expectativas de realização da reforma agrária foram grandes por parte dos movimentos sociais de luta pela terra, as quais não foram correspondidas à altura.

Fernandes (2003, p. 04) considera que

O discurso de que o problema agrário pode ser resolvido pelo mercado, pela integração ao capital e com políticas públicas determinadas e dirigidas pelo Estado agradou as forças políticas desde a direita à esquerda. Da mesma forma, a mídia televisiva e a escrita abriram espaços para os cientistas de passaram a defender essa tese em diferentes jornais diários. Da mesma forma, esse discurso foi incorporado pelos jornalistas e cientistas de diversas áreas do conhecimento, de modo que se tornou predominante. Desde esse ponto de vista, a questão agrária tornou-se um problema inexistente já que não tem solução na sociedade capitalista e, conforme o discurso predominante, mesmo no Partido dos Trabalhadores, não tem sentido procurar uma solução que não seja a partir da realidade capitalista.

Como visto, a reforma agrária no governo Lula não superou as expectativas dos movimentos sociais de luta pela terra, e o principal empecilho foram as classes políticas dominantes (ruralistas).

2.2 Agroindústria e Trabalho Camponês na Produção da Cana-de-Açúcar e Alimentos em Itaberaí (GO)

2.2.1 O trabalho na Agroindústria Canavieira no Município de Itaberaí (GO)

A agroindústria canavieira representa hoje uma fonte de emprego e de participação na economia do município de Itaberaí (GO), e é responsável por algumas mudanças socioeconômicas no município.

Duas empresas sucroalcooleiras trabalham no município atualmente: a Centroálcool - com sede em Inhumas (GO), a 50 km de Itaberaí (GO), e a Anicuns S/A - pertencente ao Grupo Farias, com sede em Anicuns (GO), a cerca de 69 km de Itaberaí (GO).

A Anicuns S/A é a empresa que tem mais cana-de-açúcar plantada no município de Itaberaí (GO), praticamente dominando o setor, tendo presença marcante no eixo Anicuns (GO) /Americano do Brasil (GO) /Itapuranga (GO), seguida pela Centroálcool (foto 04), que tem seus domínios no eixo Inhumas (GO) / Itaberaí (GO).

Foto 04 – Escritório da Centroálcool localizado na no setor Vila Progresso, uma das empresas sucroalcooleiras que atuam no município de Itaberaí (GO).



Autor: SANTOS, W.R., 2011.

Grande parte dos trabalhadores é originária de outros estados brasileiros, principalmente do Maranhão, como aponta o gráfico 09.

A entrevista com os trabalhadores foi feita em um dos locais onde se reúnem para irem ao trabalho (foto 05), sendo encontrados bem cedo, por volta de cinco e meia da manhã. Foram aplicados vinte questionários com esses trabalhadores com o objetivo de se conhecer melhor as condições de trabalho a partir de suas próprias perspectivas.

Foto 05 – Pit Dog (no centro da foto), um dos pontos de saída dos trabalhadores da Centroálcool, ao fundo à esquerda o escritório da empresa mostrado na figura 04.



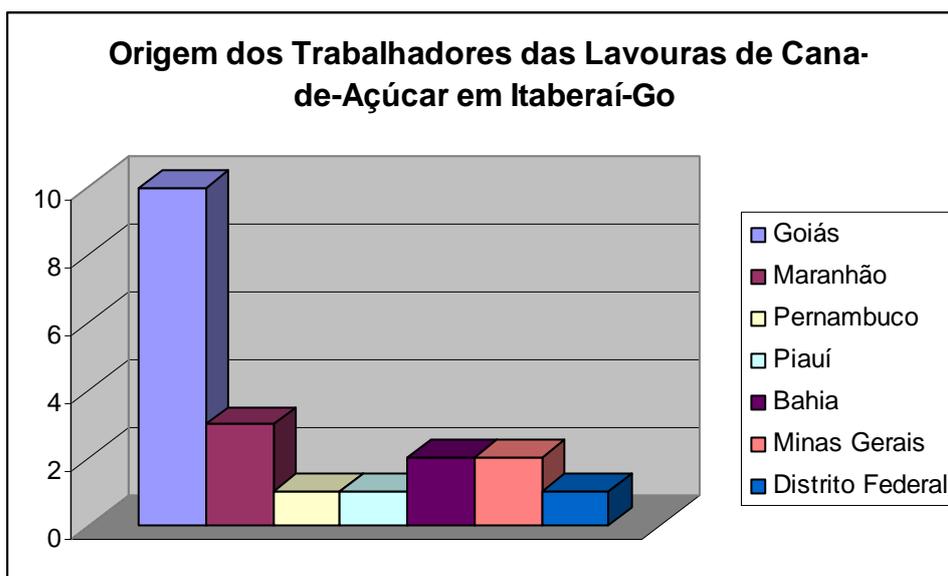
Autor: SANTOS, W.R., 2011.

Os trabalhadores entrevistados eram maioria do sexo masculino (16) e somente 4 do sexo feminino; maioria tinha idade variando entre 31 anos até pouco mais de 40 anos. Metade desses trabalhadores não concluiu o Ensino Fundamental, sendo que apenas 4 haviam concluído; 3 não concluíram o Ensino Médio e 3 eram analfabetos.

Os trabalhadores solteiros eram maioria (10); 7 eram casados e 3 divorciados. Alguns desses trabalhadores declararam ter famílias em outros estados e estarem constituindo novas famílias na cidade de Itaberaí (GO). Essa é uma prática comum, muitos abandonam suas famílias no Nordeste brasileiro em busca de empregos e adquirem novas famílias ou nunca mais voltam para sua terra de origem. Desses trabalhadores; 5 tem 1 filho; 8 tem 2 filhos; 1 tem 3 filhos e 4 afirmaram ter mais de 3 filhos.

No que diz respeito ao local de origem, 10 eram goianos, e os demais vieram de outros estados do Brasil (gráfico 09).

Gráfico 09 – Origem dos Trabalhadores na Lavoura de Cana-de-Açúcar em Itaberaí (GO).



Autor: SANTOS, W.R. (2011).

Essa prática é comum no município, onde as empresas chegam a buscar trabalhadores em estados nordestinos, nos quais embora o corte de cana seja intenso a remuneração é baixa. A expectativa das empresas é ter um trabalhador eficiente e que possa receber menos pelo seu trabalho, já que o preço pago no município é mais alto que em alguns outros estados do Brasil, principalmente do Nordeste.

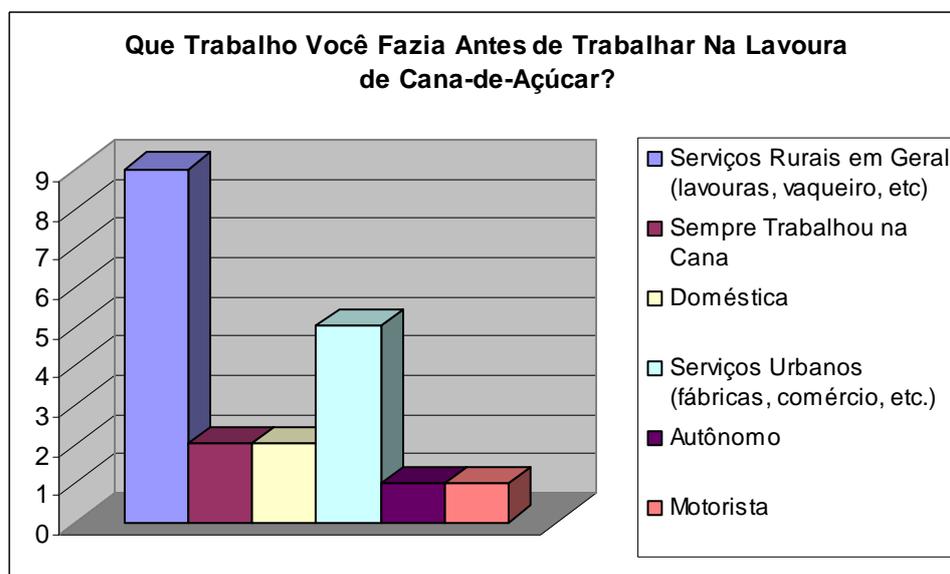
Os trabalhadores da cana-de-açúcar no município de Itaberaí (GO) residem geralmente na área urbana do município, uma quantidade razoável em casas alugadas, morando com a família ou com outros amigos de trabalho. Chegam a morar até dez pessoas em uma casa. Dos 20 entrevistados, 3 afirmaram morar 5 pessoas na casa, e 5 declararam morar mais de 5 pessoas na casa. Sobre a situação de residência 10 afirmaram morar em casas alugadas; 2 em casas cedidas e apenas 8 possuem casa própria.

Muitos desses trabalhadores vem de outros estados (conforme analisado no gráfico 09) e alugam casas onde moram com colegas de trabalho como forma de baratear os custos de moradia.

A metade dos entrevistados (10) não possui veículo próprio; 7 possuem algum tipo de motocicleta e apenas 3 possuem carro. Esse perfil socioeconômico do trabalhador da lavoura de cana-de-açúcar em Itaberaí (GO) ocorre em função da remuneração salarial que não é muita alta, chegando, de acordo com os trabalhadores, até no máximo, 2 salários mínimos.

Outro dado importante é que grande parte desses trabalhadores trabalhavam anteriormente em outros serviços rurais, como vaqueiro, diarista em outros tipos lavouras, etc. (gráfico 10), sendo que 9 dos entrevistados declararam trabalhar nesse tipo de serviço antes de trabalharem na lavoura da cana-de-açúcar. Outra parte considerável dos entrevistados (5) apontou trabalhar anteriormente em serviços urbanos (fábricas, comércio, etc.). A maioria deles conseguiu o trabalho na cana-de-açúcar por meio de informações onde posteriormente procuraram a empresa para trabalhar.

Gráfico 10 – Trabalhos anteriores dos trabalhadores da Lavoura de Cana-de-Açúcar em Itaberaí (GO).



Autor: SANTOS, W.R. (2011).

Percebe-se assim que há uma migração de trabalhadores de outros serviços, principalmente do campo para o trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar em Itaberaí (GO).

As informações concedidas pelos trabalhadores da cana-de-açúcar de Itaberaí (GO) não apontam para conflitos de trabalho neste setor, mas eles existem. Dos 20 trabalhadores entrevistados, 16 declararam gostar do trabalho na lavoura da cana-de-açúcar; todos afirmaram ter jornada de trabalho de cerca de oito horas diárias respeitada; 11 apontaram a carteira assinada e a jornada de trabalho de oito horas como principais pontos vantajosos de se trabalhar neste setor; e 17 apontaram que o trabalho não oferece desvantagens.

Baseando-se somente nestas informações poderia se dizer que o setor canavieiro de Itaberaí (GO) é livre de conflitos trabalhistas, mas a partir do momento em que são perguntadas informações pontuais sobre as condições de trabalho, percebe-se que há uma

certa omissão de informações a respeito das condições de trabalho por parte dos trabalhadores, que demonstraram certo medo ao falarem sobre o assunto.

Todos os trabalhadores, por exemplo, declararam que tem de levar comida e água por conta própria, é a famosa bóia-fria, comida que nem sempre está em boas condições de consumo na hora do almoço por serem preparadas durante a noite anterior ou de madrugada antes de irem ao trabalho, mas não falam sobre os problemas que tem com a comida, por exemplo.

Por medo de sofrerem represálias por parte das empresas faz com que estes trabalhadores não falem da realidade do trabalho na lavoura de cana-de-açúcar tal como ela é, por isso fez-se necessário buscar outras fontes de informações, como o sindicato dos Trabalhadores Rurais, por exemplo.

Em entrevista com uma trabalhadora da Empresa Centroálcool, cujo se dará o nome fictício de Ericka, foram obtidas algumas informações sobre o cotidiano na lavoura.

Ericka trabalha há vários anos na empresa, afirma que tem medo de dar entrevistas, mesmo sabendo que seus dados seriam preservados, e tem isso como precaução pessoal. Ela foi localizada por meio de informações de amigos que residem no município, mas no dia da entrevista, mesmo tendo sido previamente marcada ela apresentou muito medo e chegou a se recusar a conceder a entrevista, mudando de ideia em seguida.

Ainda assim Ericka respondeu com muita cautela a todas as perguntas.

Ericka conta sobre seu trabalho na cana.

“Comecei no corte, hoje eu trabalho na bituca, que a gente junta as canas que caem na hora que a máquina vai colocar no caminhão, aí a gente junta, faz os montes e a motocana vem e pega”.

Sobre as condições de trabalho ofertadas pela empresa Centroálcool no município de Itaberaí (GO), Ericka afirma que

As usinas de Itaberaí respeitam as leis, o sindicato vai e fiscaliza mesmo, e a empresa dá luvas, óculos, sapatos, uniformes, se você for sem uniforme você não trabalha, eles mandam voltar para casa, é assim na Centroálcool, na Anicuns também é assim [...] Trabalha oito horas por dia, não tem exploração por parte da empresa, o sindicato fiscaliza muito, é só quando terminar um serviço naquele dia e que tá faltando pouco é que trabalha uns dez ou vinte minutinhos a mais para acabar, mas no outro dia pára mais cedo para compensar. [...] Eles também dão a marmita térmica e a garrafa térmica pro funcionário, mas a comida a gente leva de casa.

Sobre a convivência dos trabalhadores, segundo as informações concedidas por Ericka e os outros entrevistados há um consenso entre eles de boa convivência, já que é

exigida pela empresa. A esse respeito Ericka aponta que “os trabalhadores se entendem bem, tantos os de Itaberaí como os que vem de fora, porque a empresa exige boa convivência, quem brigar, arrumar confusão eles mandam embora, não pode brigar, tem que comportar bem no serviço”.

Sobre a quantidade e o gênero dos trabalhadores da Centroácool em Itaberaí Ericka nos apresenta as seguintes informações: a empresa possui cerca de 1500 trabalhadores, dos quais apenas cerca de 180 são do município de Itaberaí (GO); há dois anos cerca de 50 mulheres atuava na empresa na lavoura de cana-de-açúcar, número que reduziu para 25 mulheres na atualidade. Sobre o declínio da participação da mulher no trabalho na lavoura a entrevistada acredita que ele aconteceu em função da redução da safra da cana, contudo isso é questionável, pois o que se tem notado é o aumento da produção. Segundo ela, as mulheres trabalham separadas dos homens e não há preconceito contra elas.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO), também considera boa a atuação na fiscalização trabalhista nas lavouras de cana-de-açúcar em Itaberaí (GO). O presidente José Jacson diz que a exploração não é um quadro grave nas lavouras de cana-de-açúcar no município de Itaberaí (GO) em função da ação fiscalizadora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO). O problema de não assinar carteira para o trabalhador da lavoura de cana-de-açúcar é praticamente inexistente no município de Itaberaí (GO), mas o sindicato reconhece que há alguns problemas trabalhistas constantes. José Jacson diz que

Não, não, a intervenção, mesmo que existe a lei, a CLT, o Ministério do Trabalho, existe uma convenção pra ser respeitada, existe sim, de vez em quando vem um trabalhador, liga, é questão mais de preço né, agora o problema de carteira assinada não, hoje os empregadores desde aqueles que empregam ali no curral, na sua pequena propriedade, ele é consciente de que hoje assinar carteira é o melhor caminho, ele tá tanto sendo seguro, ou segurando, aquele trabalhador tá seguro, questão de acidente né, então essa conscientização ela existe.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais admite que há alguns problemas trabalhistas neste setor que requerem a intervenção do sindicato, como: desentendimento entre a empresa e os cortadores de cana em relação a preço do metro linear de cana a ser cortada; fornecimento de alimentação aos funcionários. Os quais podem ser visualizados na fala de José Jacson Ribeiro

A questão mesmo ela é o que, é questão do dia-a-dia, é questão de exploração talvez do trabalhador né, que aí paga para ele um salário, um salário seco, não tem hora extra, não tem descanso remunerado, então mais é essa questão, e na área da cana é questão de preço, porque nós temos uma tabela é pra ser respeitada, e a tabela ali,

tipo de cana um, dois, três, até dez, ela tem o valor né, por metros lineares, então às vezes o usineiro ali, ele, pra ser esperto, às vezes vale vinte centavos, ele quer, ele vai pagar quinze centavos, naquele dia, então o trabalhador perde, aí o trabalhador como ele conhece ele é experiente, aí sim, ele chama o sindicato, pro sindicato ir lá e organizar aquela bagunça, porque se deixar eles exploram mesmo, eles exploram, infelizmente, o fiscal, tem fiscal, de usina, que ele se veste a camisa ele acha que ele é o patrão né, ele ali aquele empregado igual o outro que tá cortando cana, então ele não é humilde, ele acha que se ele roubar ali em preço, de metros lineares ele tá dando dinheiro pro patrão e tá subindo a moral dele com o patrão. Mais patrão num tá nem aí né, então quer dizer, a pessoa, em resumo, não pode explorar ninguém.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO) se mostra um agente fiscalizador importante no trabalho do setor canavieiro do município, que exerce papel importante neste setor que é cercado pela exploração trabalhista. No ano de 2010, por exemplo, foram libertados no município de Aragarças (GO), 143 trabalhadores na lavoura de cana-de-açúcar em regime de escravidão na fazenda Funil e Veredas, de propriedade da empresa BERC Etanol e Agricultura Ltda. Os trabalhadores eram originários dos estados do Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Piauí e São Paulo (CPT, 2011).

Mas podemos considerar que por mais adequado à legislação trabalhista, o trabalho na cana é desumano em alguns setores, como o do corte, por exemplo, e que no município de Itaberaí há mais alguns problemas trabalhistas neste setor.

Outros problemas são apontados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO) na lavoura de cana-de-açúcar, problemas estes relacionados às condições do trabalhador na lavoura: alimentação; os horários de descanso e os horários de paradas, onde as empresas pressionam o trabalhador. O presidente do sindicato relata cenas que presencia muito nos canaviais

A maioria dos trabalhadores, eles chegam lá, ele fez a comida ontem ou a esposa dele fez ontem e ele guardou na geladeira e ele esquenta de manhã e leva, das muitas das vezes, se você for visitar na hora do almoço, a comida tá azeda, tá fedendo a comida, e eles tão comendo aquela comida entendeu? Quer dizer, comida de péssima qualidade, então o sindicato é pra fiscalizar isso aí, fiscalizar preço, organizar, e hoje a visão do sindicato é diferente.

Todos os trabalhadores entrevistados afirmaram que não há fornecimento de comida por parte das empresas, e que a comida é levada de casa.

Sobre os horários, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO) relata que nas negociações da Convenção Estadual da Cana (convenção realizada envolvendo os seguimentos trabalhistas e o setor canavieiro do estado de Goiás), as usinas tem manifestado claro interesse de exploração do trabalhador. Segundo José Jacson

Mas a desvantagem: um esforço físico né, o empregador cada vez ele quer o humano, a pessoa humana como robô, que ele não come né, ele come ali e não tem horário pra comer, não tem horário de parar porque nós temos a regra dentro da convenção que ele comece trabalhar quarenta e quatro horas semanais, ou seja, oito horas por dia, e no sábado até onze horas. Na convenção, a proposta deles, era o que? Eles não ter horário pra sair, ou seja, seis horas, eles sair na hora que fosse necessário e não ter hora de chegar, e trabalhar o sábado o dia inteiro, se nós fizermos, não tivesse o sindicato, o movimento, eles queria que o trabalhador, trabalhasse até os domingos, até os domingos.

Quer dizer, a vantagem é isso, porque o movimento, essa convenção ela vem moralizar isso aí, porque tem trabalhador que já morreu, já morreu, não no município de Itaberaí, mas em outras usinas eles já morreu é de esforço físico constante, quer dizer, ele não tem horário de comer, ou acaba de comer ele largava sua marmita e logo já, já cortando, porque o que eles pagam é por produção, o trabalhador quanto mais ele produz mais ele ganha, entendeu? Então eles num tá nem aí, se o cara nem parasse pra comer e trabalhasse até, de seis as seis pra eles era isso, mas a maioria, [...] por isso que há essa, esse esforço físico, aí o sindicato entra né, através dessas cláusulas, da convenção, pra moralizar isso aí.

Todos os trabalhadores entrevistados declararam que são cumpridas com rigor as cargas horárias de trabalho, mas afirmaram com aparente medo de sofrerem retaliações, chegando, às vezes, a perguntarem se a entrevista não os comprometeria.

José Jacson aponta ainda algumas das conquistas dos trabalhadores da lavoura da cana-de-açúcar intermediadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO), como: melhorias no transporte, fornecimento de água, na jornada de trabalho, entre outras.

Isso, isso, de primeiro, de primeiro que é que foi o trabalho do sindicato, de primeiro, o trabalhador ele andava é nesses caminhão que carrega cana, aqueles caminhão, aqui eles alugava muito, terceirizava muito, os caminhões pra puxar cana, então era caboclo irresponsável e eles ficava ali, porque o caminhão da cana não tem assoalho né, ele tem aqueles buracos né, mas ali eles punham umas tabas ali e os trabalhadores iam todo dia né, em caminhão, de noite passando frio.

Hoje tudo é ônibus, e ônibus de boa qualidade, se nós pegar um ônibus que tá com pneu careca, um ônibus que tá com o fundo podre, que tá perdendo trabalhador ali, é questão, hoje você não vê isso, hoje o, questão da ação do sindicato é isso, fazer eles cumprirem o que tá na convenção, que hoje eles andam em ônibus de boa qualidade, tem ônibus aí que tem até ar condicionado, tem água, a água ela é exigida na convenção, não é água gelada, é água fria, água limpa, porque de primeiro eles iam com os ônibus ou então aqueles latão de plástico de duzentos litros, punha ele no sol quente lá, pegava água do córrego né, do córrego ali, pegava até com aquela bombinha de trator, enchia, eles bebia água de péssima qualidade, água salobra, água né, até doente, né com herbicida porque corre pra dentro né da nascente, então eles toma água fria, tem as cadeiras pra eles sentar, né os ônibus, e nós estamos lutando pra que eles ganha a bóia, ganha a bóia, mas isso aí tá difícil lá na negociação, mas nós vamos ver, um dia nós vamos ganhar essa bóia [...].

A respeito da relação do sindicato com os trabalhadores nas lavouras de cana-de-açúcar, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO) aponta que há

um reconhecimento por parte daqueles que são naturais do município, mas há certa resistência quanto àqueles vindos de outros estados brasileiros, considerando que uma grande maioria dos trabalhadores deste setor no município é oriunda de outros estados brasileiros, mas ressalta que essa resistência tem deixado de existir atualmente. José Jacson considera

[...] porque o pessoal, a maioria, o pessoal que corta cana que é do município de Itaberaí, o sindicato, ele é desde de 1970 né, então esse pessoal que vem de fora, pra eles lá num tem sindicato, entendeu? Eles num tem essa, essa parceria, então eles ficam tímido, porque, é cobrado, em convenção, o valor de três diárias, três diárias de cada trabalhador né, pra repassar pro sindicato fazer esse trabalho, aí eles acham que é exploração que o sindicato ta pegando dinheiro deles né, então eles num procuram muito, mas hoje a lei, a maioria, isso aí é uma coisa pra trás, hoje não, a maioria deles é sindicalizado, tem que ser sindicalizado, e eles tem essa consciência que o sindicato é parceiro né, o sindicato é parceiro e eles procuram mesmo, tem nosso telefone, e tem o Romildo é secretário do assalariado, ele repartiu o telefone pra todo mundo, então deu um probleminha “ô Romildo vem cá ajudar nós aqui né”, então nós vamos, de moto, de carro e vai, e vai em busca, de ajudar, o sindicato chegou o problema resolveu, porque há descumprimento, se há descumprimento numa convenção coletiva, aí eles na hora eles aumentam aquele valor.

A situação do trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar no município de Itaberaí (GO) assim como em outras realidades deste setor, é cercada pela exploração trabalhista e pelas baixas condições de trabalho. No entanto, conforme as informações levantadas durante a pesquisa não podemos negar que a situação no município é relativamente mais humanitária. Outro fator positivo deste trabalho no município é a participação efetiva do sindicato na defesa dos interesses dos trabalhadores, o que de fato, contribui para a minimização das precariedades do trabalho na cana-de-açúcar.

Mas vale ressaltar, mesmo com esses avanços e conquistas trabalhistas, a presença das marcas registradas do setor canavieiro brasileiro: a exploração e a precarização do trabalhador, podendo ser percebidas em atitudes dos usineiros como as de negar menores jornadas de trabalho, se usar da malandragem ao pagar pela produção do trabalhador e negar a colaboração na melhoria da alimentação dos trabalhadores, como apontado por José Jacson, presidente do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO) (foto 06).

Foto 06 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO)



Autor: SANTOS, W.R. Maio de 2011.

O agronegócio brasileiro é um setor com forte participação na economia e é um forte gerador de emprego no país, mas junto com esse sucesso vem também a exploração trabalhista, constantemente trabalhadores são escravizados e submetidos a condições precárias de trabalho na agropecuária e na agricultura em grandes fazendas, muitas delas pertencentes a grandes empresas do agronegócio brasileiro, principalmente no setor canavieiro (SILVA, 2005).

CAPÍTULO 3 – IMPACTOS DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM ITABERAÍ-GO

Este capítulo faz breve discussão teórica acerca do conceito de ambiente e impacto ambiental; e debate os impactos da cultura da cana-de-açúcar sobre a produção de alimentos em Itaberaí (GO) sob a ótica das relações ambientais.

3.1 Ambiente e Impacto Ambiental

Vamos iniciar a compreensão teórica deste trabalho, esclarecendo o conceito de ambiente. Segundo Suertegaray (2002) ambiente refere-se a todas as relações entre o homem, a sociedade e seu entorno. Não podemos confundir, como se faz constantemente, o conceito de ambiente com o conceito de ecologia. Ambiente é mais amplo que ecologia. Entendemos por ambientais apenas problemas como poluição, desmatamentos, etc., mas outros problemas como violência, desemprego, analfabetismo também são problemas ambientais, já que se referem às relações do homem com a sociedade e seu entorno.

Suertegaray (2002) afirma ainda que a Geografia historicamente propõe a relação do homem x meio, sendo que para os geógrafos o espaço geográfico expressa essa interação, mesmo que essa interação tenha sido compreendida de diversas formas; ressalta que na sua origem a Geografia colocava o homem como externo ao meio ou à natureza, mas as tendências atuais vem incluindo o homem como parte do meio.

Só que ainda hoje o conceito de ambiente é visto de forma destorcida,

Na evolução do conceito de meio ambiente (*environment, environnement*) observa-se o envolvimento crescente das atividades humanas, sobretudo nas quatro últimas décadas, mas ele continua fortemente ligado a uma concepção naturalista, sendo que o homem socialmente organizado parece se constituir mais num fator que num elemento do ambiente. (MENDONÇA, 2002, p. 124).

Mendonça (2002) afirma que essa visão tem sido vista tanto no senso comum como dentro da própria academia.

O debate em torno do conceito de ambiente é grande. Para Veyret (1999, p. 6) apud Mendonça (2002),

De fato, para o geógrafo, a noção de meio ambiente não recobre somente a natureza, ainda menos a fauna e a flora somente. Este termo designa as relações de interdependência que existem entre o homem, as sociedades e os componentes

físicos, químicos, bióticos do meio e integra também seus aspectos econômicos, sociais e culturais.

Em função das dificuldades de se incluir na abordagem ambiental a perspectiva humana, surge na atualidade o conceito de socioambiental.

Para Mendonça (2002) observa-se na atualidade, diante desse importante desafio, uma forte tendência da utilização do termo *socioambiental*, já que se tornou insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista natural quando se pensa na interação entre a sociedade e a natureza atualmente, principalmente em países com estágio complexo de desenvolvimento.

Nesse contexto é válido analisar os impactos na produção de alimentos em Itaberaí (GO) tendo como referência as categorias de agronegócio, agricultura familiar e camponês, posto que o que se quer analisar é a dimensão social do ambiente.

3.2 Impactos na Produção de Alimentos em Itaberaí (GO)

3.2.1 A tentativa de Supressão da Agricultura Familiar Pelo Agronegócio

Na atualidade as relações capitalistas são tomadoras de decisões na maior parte da agricultura moderna.

O agronegócio se apresenta como um poderoso modelo de prática agrícola e que presume não somente a mera produção de gêneros agropecuários, englobando uma gama de relações econômicas e sociais que vão desde a produção agropecuária até a monopolização do mercado e o uso de estratégias políticas que quase sempre culminam com a centralização de poder e eliminação de outros meios de produção agrícola que não estejam diretamente interligados ao capital, como é o caso, por exemplo, da produção camponesa.

As dificuldades de se produzir se tornam cada vez maiores para os pequenos agricultores, e se agrava ainda mais frente ao descaso do poder público em prover políticas de apoio ao pequeno produtor. Em contrapartida o agronegócio recebe bilhões em investimentos oriundos dos cofres públicos.

No município de Itaberaí (GO) isso também é realidade, a produção camponesa convive com um vizinho forte e em franca expansão no município: o agronegócio, que tem ganhado mais força com a expansão da soja, e principalmente da cana-de-açúcar. Diante desse quadro algumas dificuldades são vivenciadas pelos agricultores familiares de Itaberaí (GO).

Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO), a agricultura familiar constitui a maior parte dos modelos de propriedade e é grande responsável pela produção de alimentos no município, mas destaca que há uma dificuldade muito grande em manter o jovem na propriedade, diz José Jacson

A agricultura familiar hoje, ela é setenta e cinco por cento, mais cinquenta por cento desses setenta e cinco, a maioria é o casal, o casal ou o filho que ainda não tem idade né, de dezoito anos pra vir pra cidade, ele ainda tá lá né, ele tá e esse jovem nós estamos trabalhando porque é muito importante, tiro o caso meu, né: hoje eu sou presidente do sindicato e hoje eu sei que é tão bom trabalhar na propriedade trabalhar, por conta própria que eu incentivo até meus filhos a dar opção para eles lá, porque às vezes a gente conhece muito aqui dentro de Itaberaí mesmo, supermercado, lojas, tem muitos filhos de assentados tá aqui dentro trabalhando de empregado aqui dentro, mais porque? Porque um colega dele veio né para dentro, pra cidade e ali, vamos supor se ele ganha um salário, ele economiza duzentos, ou economiza trezentos e gasta duzentos, e paga uma prestação da moto, e você sabe que hoje... aí é aquilo né, incentiva, vê o colega que tá aqui na cidade já andando de moto zera e ele lá na roça, quer dizer, isso aí é desproporcional, nós estamos incentivando isso mesmo né, pra que a pessoa ganhe ela também ganhe o seu dinheirinho lá na propriedade.

A realidade do êxodo rural não é contemporânea, ocorre há décadas no Brasil e é resultado da modernização do campo e do processo de exclusão promovido pelo agronegócio, que monopoliza capital, terra e impõe condições de produção e circulação de mercadorias que inviabilizam a sobrevivência do pequeno agricultor no campo. O resultado disso não poderia ser outro, os trabalhadores campo deixam suas propriedades, ou as propriedades em que trabalham para virem para a cidade, muitas vezes encontrando a exclusão social no ambiente urbano.

A pequena propriedade se vê incapaz de produzir em larga escala pelas limitações territoriais e econômicas, e sofre com a desvalorização dos produtos produzidos nela bem como do trabalho camponês. As grandes *commodities* agrícolas da atualidade (soja, cana-de-açúcar, por exemplo) são muito valorizadas no mercado, enquanto muitos outros alimentos produzidos na pequena propriedade não tem valor de mercado suficiente para dar sequer uma margem de lucro razoável ao pequeno produtor.

Em Itaberaí (GO) a monocultura da cana-de-açúcar e da soja representa o que há de mais lucrativo na agricultura do município, os pequenos produtores agrícolas do município, por mais que sejam assistidos por programas governamentais, não possuem as mesmas condições do agronegócio sojicultor e canavieiro do município, e tampouco terão lucros semelhantes.

O monopólio do agronegócio sobre a agricultura se reflete também na produção de alimentos básicos, como a queda da produção de arroz no município de Itaberaí (GO), como cita José Jacson, presidente do sindicato

Agora o plantio de arroz, feijão, na região pelo menos aqui de Itaberaí não tá acontecendo porque? Porque não tá compensando, não tá compensando o plantio, o pessoal da agricultura hoje familiar a maioria tá indo no supermercado para comprar, né, não tá tendo o plantio, o feijão nem existe mais, só pivô, é pessoal do pivô que planta aí que não está plantando, devido a chegada da soja né, que atrapalha muito, o número, grande número de herbicidas que eles usam para colher a soja então atingiu o feijão.

A dependência dos agrotóxicos, sementes e insumos é um dos componentes da cadeia monopolista do agronegócio que colabora para a exclusão do pequeno produtor do processo produtivo. A queda da produção de arroz e feijão no município de Itaberaí (GO) é um exemplo local, mas esses acontecimentos são recorrentes em escala nacional e mundial. Muitas das vezes o próprio agronegócio é quem deixa de produzir esses alimentos em decorrência da desvalorização de mercado ou do surgimento de outros produtos agrícolas mais rentáveis.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO) é o intermediador das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no município, e aponta que os programas do governo federal tem chegado de forma efetiva no município, citando alguns dos programas disponíveis para a agricultura familiar no município, como declara José Jacson

[...] hoje tá muito eficiente porque? Porque todo mundo tá tendo acesso, de primeiro, hoje as agências, ou seja, a Emater Goiás, que só ela que dava a DAP, a DAP é o que? É a declaração de aptidão né, que reconhece o agricultor familiar, quer dizer, é um passaporte que ele tem com a DAP ele fazer projetos, tá angariando recurso do governo federal, hoje o sindicato passou a fazer isso, quer dizer, o próprio sindicato ele reconhece seu trabalhador né, hoje nós já soltamos, emitimos a DAP aqui para mais de 40 produtores, né, para que? Por que tinha muito empecilho às vezes você ia na Emater. Por não conhecer o agricultor familiar ela não emitia a DAP, aí dificultava, quer dizer, aí o passaporte dele tava trancado né, agora hoje não, hoje é diferente porque o sindicato reconhece seu trabalhador, e ali ele pode: ter o Pronaf Investimento, ou seja, investir num curral, investir numa cerca né, numa construção, ou seja, o Pronaf custeia, que é pra lavoura, uma reforma de pasto, uma reforma do canavial, tem esse Pronaf, e tem o Pronaf Mulher de juro de um por cento ao ano, a mulher pega até mil e quinhentos reais, ela tem o acesso também individual, não necessita do esposo para pegar, desde que ela tenha o comprovante, o documento da terra, o Pronaf Jovem também, quer dizer, tem esses acessos, que eles tem.

Destaca ainda o programa Mais Alimento

O Mais Alimento que é um programa do governo que nós aqui implantamos muito no município, que é juro de 2% ao ano, tem a questão da Conab, que, colher as

verduras e entregar pra empresa, vamos supor: creche, hospitais, cadeias né, e tudo você fazer essa venda antecipada, ou seja, se ele, vamos supor [...], o agricultor familiar que vende, tem verdura, vamos supor, tem alface, tem o tomate, tem o frango, tem o leite, tem o ovo, tem o queijo, então ali, ele tem um contrato por ano que ele faz com as escolas, tipo um cooperativa que ele entrega né, todo mês ele entrega o produto, quer dizer, o excedente dele, que é uma renda hoje de quatro mil reais por ano, que ele tem esse compromisso de entregar ali duas dúzias de ovo, três dúzias ou aquele produto que ele tiver, ou maracujá, ou abacaxi, ou a laranja, quer dizer, tudo que vem ou é proveniente da agricultura familiar, que é produto que a agricultura familiar produz [...] se a aptidão dele é para colher o milho ou leite, então ele faz um compromisso de entregar para aquela cooperativa todo mês, vamos supor, 10 litros de leite, ou 20 litros de leite, ou 5 frangos, aí ele tem aquele compromisso e tem aquilo lá dentro, entendeu? Essa é uma das opções que tem essa entrega, venda antecipada pra Conab.

Mas segundo o sindicato os pequenos agricultores tem medo de aderir aos programas por medo de se endividarem, o que limita o alcance destes programas.

Agora o agricultor, eu não sei se é defeito ou é uma coisa que ele tem de medo de dever, porque ele tem a terra dele, mas nós orientamos: falamos olha gente, o juro é pagável, não é um juro alto, quer dizer, dois por cento ao ano, um e meio, um por cento ao ano, às vezes que você pega, é pagável, desde que trabalhe direitinho, faça o projeto, que nós temos técnico agrícola aqui que monta o projeto e dá entrada no Banco do Brasil, inclusive a inadimplência, a inadimplência tá pouca, porque de primeiro, a inadimplência no banco era muito, porque o agricultor pegava, inclusive os assentados, os assentados pegava com irresponsabilidade achava que não precisava pagar, aí uma conversa, reuniões, uma conversa no pé do ouvido, fala olha esse dinheiro que você usa ele não é seu, ele é do governo, para que se pague, ele devolva ele para que outros projetos para outras pessoas que nunca tiveram acesso que tenham acesso, que esse dinheiro ele, ele é rodízio, ele é feito o rodízio, o que pagou ele já vai pra outro. Então quer dizer, pra ter crédito né, então a inadimplência era muito grande. Hoje não, hoje o pessoal né, nem tá no vermelho, o banco hoje tá em condição saudável, é o que eles passam para nós, fala “olha, graças a Deus apartir do momento que nós começamos fazer essa parceria, né, essa conscientização, tem mais crédito”, a agricultura familiar hoje tem mais crédito, mas só que o agricultor né, é uma proteção parece que ele tem, de não querer, como se diz, no palavriado bem antigo, abrir as pernas muito porque depois tem medo de não dar conta de fechar, né, então ele tem essa precaução, por que a terra dele é pequena, e já pensou: ele não dorme de noite se ele tiver devendo uma conta que ele não dê conta de pagar.

Mas não devemos deixar de considerar que os programas que o governo federal oferece para incentivar a agricultura familiar não neutralizam as desigualdades impostas pelo agronegócio, ela não minimiza os danos pela expropriação do trabalhador, que trabalha muito e acaba ganhando muito pouco porque seu produto é desvalorizado, recebe alguns centavos pelo leite que vende ao laticínio, pouco dinheiro pelo frango ou pelo ovo que entrega às granjas.

Essa falsa inserção da agricultura familiar no mundo do agronegócio é apenas mais uma etapa da expropriação do camponês, pois ele não se liberta da crueldade do agronegócio por meio de incentivos para aquisição de máquinas, insumos, sementes, e outros recursos produtivos. Quando o governo dá a ele dinheiro para aquisição de recursos ele não

tem outra opção a não ser comprar o fertilizante da grande empresa multinacional, o agrotóxico da Monsanto, a semente híbrida que é quase a única existente no mercado, ou seja, ele recebe dinheiro para consumir produtos do agronegócio.

E quando vai vender sua produção, ele não tem o poder do estoque, da grande escala nem do monopólio para poder controlar o preço de suas mercadorias, pelo contrário, ele é regulado pelos painéis eletrônicos das bolsas de valores que são chefiadas pelas grandes empresas do agronegócio mundial.

Esse medo talvez não seja uma mera herança cultural, se levarmos em consideração que pagar um juro de 1,5% ao ano não seja realmente difícil, o mais difícil é conseguir fazer com que a produção de sua propriedade, neste caso oriundo do incentivo estatal seja negociada por um preço justo. Aliás, em muitos casos nem opção de vendas o agricultor tem, pois ele firma um contrato com uma empresa para a qual vende sua produção antecipadamente, porque é assim que funciona a dinâmica do agronegócio, então como negar a subordinação da agricultura familiar ao agronegócio através dos programas estatais?

A subordinação ao capital é uma coisa inerente a toda a sociedade, e nem mesmo o Estado tem condição de se libertar desse processo, porque o sistema vigente é o do capital, e nesse caso do agronegócio, se o Estado agir contrariamente a esse sistema produtivo irão ocorrer contradições, e contradições levam às crises no sistema, ou seja, crises econômicas, e o Estado não quer criar crises, e o pior é que quem mais sofre com as crises econômicas são as camadas mais pobres da sociedade.

No primeiro sinal de crise o governo investe bilhões para salvar empresas e recuperar a economia, empresas lucram com a falta de produtos e sobem os preços, e a sociedade sofre pagando mais caro por tudo, amargando o desemprego, pagando altas taxas de juro, e outras conseqüências muito ruins.

Outro aspecto considerável é o fato de que muitos desses trabalhadores da lavoura de cana-de-açúcar eram trabalhadores rurais e deixaram seus serviços para trabalharem na cana, o que significa que uma parte da mão-de-obra da lavoura está sendo relocada para a cultura da cana-de-açúcar.

Esse fluxo de mão-de-obra do campo para o setor canavieiro é reflexo da queda da produção de alimentos no município de Itaberaí (GO), com o desaparecimento de muitas lavouras de arroz, feijão, milho e tomate, por exemplo, que eram cultivados em pequenas e grandes escalas, principalmente nas grandes propriedades, muitas delas hoje produtoras de

cana-de-açúcar, os trabalhadores foram obrigados a procurarem novos empregos em outros setores do campo.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO) considera que o avanço da cana-de-açúcar atingiu até o momento apenas propriedades maiores, de 200 hectares⁵ acima, e que nas propriedades pequenas, de 48, de 64 hectares ainda não houve aluguel. O presidente do sindicato ressalta que o aluguel de pequenas propriedades para as usinas poderá ocorrer quando for concluída a instalação de uma usina do Grupo Farias no município, prevista para o ano de 2012 (foto 07).

Foto 07 – Placa da obra da futura usina da empresa Vale Verde, pertencente ao Grupo Farias.



Autor: SANTOS, W.R., 2011.

Mas o dono da área disse que não concretizou nenhuma negociação do terreno com a empresa Anicuns S/A, que pretende instalar uma usina no local onde está colocada a placa da obra da usina.

3.2.2 A substituição do agronegócio do cultivo de alimentos pelo do cultivo da cana de açúcar.

⁵ As medidas de um hectare variam de acordo com o estado do Brasil, no caso específico de Itaberaí (GO) a medida base foi o alqueire goiano (sendo que cada alqueire corresponde a 4,84 hectares, ou um hectare corresponde a 0,20 alqueire goiano).

O agronegócio canavieiro é hoje um grande setor lucrativo no Brasil, sua prática vem se dando em áreas agrícolas, dentre elas áreas de cultivo de alimentos diversos. No município de Itaberaí (GO) essa substituição já é notável, alguns alimentos como o arroz e o feijão, por exemplo, já apresentam quedas acentuadas na produção em função da substituição dessas lavouras pelo cultivo da cana-de-açúcar.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaberaí (GO) atribui a queda na produção de arroz e feijão do município a fatores naturais e econômicos, e não ao avanço da cana-de-açúcar no município.

O arroz aqui em Itaberaí, nos anos de noventa e três, noventa e quatro, foi a capital do arroz, aqui ó, na praça de Itaberaí juntava arroz era com a pá mecânica né, porque a chuva era demais, rodava arroz no Rio das Pedras, e quer dizer, a produção de arroz, feijão é devido ao tempo mesmo, a questão de mercado, porque hoje pra produzir um feijão você gasta muito herbicida né, muito adubo e o retorno é pouco, talvez você perde dá muita doença, então foi uma questão mesmo é, caiu a produção questão de mercado porque não compensa, hoje pra você ir no supermercado e pegar lá cinco quilos de arroz, ou comprar um fardo né completo de arroz fica mais barato do que você plantar porque , quando num tá na produção ele é vinte e sete, vinte e oito, trinta, né? E na época que tá colhendo ele vai para quinze, vai para dezesseis, quer dizer, aí você paga pra plantar né, pra colher aquele, aquele arroz, então é questão de mercado mesmo que desmotivou o agricultor familiar.

Agora é um alerta que o sindicato também, não acha bom isso [...] hoje, o arroz que tá vindo aqui, vamos supor, no estado de Goiás é mais do Mato Grosso, é de fora, de outros estados porque ninguém tá plantando, né. E aí, se ninguém plantar o supermercado vai ter aonde, aonde que nós vamos? Então, o próprio movimento, a Contag, a Fetaeg está fazendo cartaz, Grito da Terra Brasil, Grito da Terra Goiás, e colocando na mesa pra negociar isso aí, pra que? Pra ter os subsídios, ter os subsídios da lavoura, quer dizer, você abaixar o custo mais do herbicida, do adubo, né, para você plantar, baratear isso, eu acho que se tivesse esse inverso aí, acho que vai incentivar muito produtor a, a plantar e colher seu arroz, seu feijão, o milho né.

A partir dessa fala do Sindicato identificamos que a produção de alimentos no município de Itaberaí (GO), mesmo que tenha intensa participação, não é feita somente pela agricultura familiar, o agronegócio desempenhava importante papel na produção de alimentos, como tomate, feijão e milho, por exemplo, no município. De fato a maioria desses produtos não ficava dentro do município e eram destinados à indústria alimentícia, e eram produzidos pelo agronegócio não como alimento, mas sim como um tipo de comoditie.

Com a expansão do setor sucroalcooleiro no município, muitas propriedades médias e grandes que produziam alimentos deixaram de produzi-los para serem locadas para as usinas de açúcar e álcool. Dessa maneira o impacto sobre a produção de alimentos em função da cana-de-açúcar no município não ocorre de modo direto na agricultura familiar, ainda, mas sim nas médias e grandes propriedades do agronegócio.

Sendo assim, a queda na produção de arroz no município de Itaberaí (GO) está condicionada a um segundo fator: a substituição do arroz pela cana-de-açúcar nas médias e grandes propriedades do agronegócio no município.

Várias propriedades médias e grandes que produzem cana-de-açúcar atualmente já foram produtoras de alimentos anteriormente, principalmente de arroz e de feijão. Serão destacadas as fazendas: Laranjeira, Renata e Estrela, as quais foram entrevistados proprietários, vizinhos ou funcionários responsáveis destas propriedades, sendo as informações coletadas e anotadas em diário de campo.

A Fazenda Laranjeira (foto 08 e foto 09), propriedade localizada na rodovia de acesso de Itaberaí (GO) com Americano do Brasil (GO), aproximadamente 2 km do trevo da GO 070 com a GO 156. Em entrevista a um proprietário de uma chácara, vizinho da Fazenda Laranjeira e que reside há alguns anos no local, na área da Fazenda Laranjeira onde está sendo plantada cana-de-açúcar já foi plantando arroz e feijão anteriormente.

Foto 08 – Lavoura de Cana-de-Açúcar na Fazenda Laranjeira.



Autor: SANTOS, W.R., 2011.

A cana-de-açúcar agora plantada na propriedade toma lugar de outros produtos agrícolas, o proprietário dessa fazenda possui outras propriedades no município, é um tradicional produtor de alimentos do município de Itaberaí (GO) e está convertendo suas lavouras de alimentos diversos em lavouras de cana-de-açúcar.

Procurado sobre os motivos que levaram a trocar a produção de alimentos pela cana-de-açúcar o proprietário afirmou que o preço da cana-de-açúcar é melhor que a da produção de alimentos, os lucros são maiores. Ele trabalha na forma de arrendatário, arrendando suas terras para o Grupo Farias, de Anicuns (GO).

Pouco satisfeito com a entrevista, o proprietário finaliza afirmando ainda que muita gente no município vai passar a plantar cana-de-açúcar por conta própria apartir do momento que for aberta no município a usina do Grupo Farias, que está projetada para iniciar futuramente suas atividades no município. A instalação da usina está prevista para 2012, apesar das controvérsias.

Foto 09 – Lavoura de Cana-de-Açúcar na Fazenda Laranjeira.



Autor: SANTOS, W.R., 2011.

A extensão de uma das lavouras de cana-de-açúcar da fazenda Laranjeira é grande, conforme se observa nas fotos 08 e 09.

Há algumas propriedades em que o plantio de alimentos já foi totalmente substituído pelas lavouras de cana-de-açúcar, como é o caso, por exemplo, da Fazenda Renata (foto 10), distante a 13 km de Itaberaí (GO), também localizada na rodovia que liga Itaberaí (GO) à Americano do Brasil (GO 156). Nesta propriedade o plantio de arroz, feijão, milho e soja deram lugar às lavouras de cana-de-açúcar, sendo que o último alimento cultivado antes da cana-de-açúcar era o arroz.

Foto 10 – Lavoura de Cana-de-Açúcar no Lugar da Lavoura de Arroz na Fazenda Renata.



Autor: SANTOS, W.R., 2011.

Entrevistado, o funcionário da fazenda aponta que por volta de 2004 (sete anos atrás) era plantado arroz em sistema de arrendamento para uma empresa de Itapuranga (GO) na área que hoje está ocupada pela cana-de-açúcar, sendo 40 hectares que está arrendado para o Grupo Farias. Aponta que milho, feijão e soja também já foram plantados na mesma área.

Destaca ainda que o arroz que era colhido na fazenda era vendido para uma empresa do município de Itapuranga (GO), cerca de 45 km de Itaberaí (GO).

Perguntado sobre os motivos que levaram o proprietário a migrar para a cana-de-açúcar, ele também respondeu que a cana é mais lucrativa, dá dinheiro mais fácil, e conta que muitos fazendeiros abandonam casas e currais novos das fazendas só para alugarem para as usinas de cana-de-açúcar. O pagamento pela usina de cana-de-açúcar é feito por ano-hectare, pago mensalmente, e quando há um superávit de produção a empresa paga bonificação para o fazendeiro.

Essas informações foram concedidas pelo funcionário responsável pela propriedade, sem nenhum tipo de resistência.

A área total da propriedade é de 271 hectares, estando bastante tomada pela cana-de-açúcar, havendo na propriedade também uma granja, que trabalha em parceria com a empresa Super Frango, de Itaberaí (GO) (foto 11).

Foto 11 – Granja ao Lado da Lavoura de Cana-de-Açúcar na Fazenda Renata.



Autor: SANTOS, W.R., 2011.

Segundo o funcionário, a granja já tem mais de 20 anos, e conta que ele tem um pequeno pasto na propriedade onde cria gado para ele mesmo, sendo que o terreno foi cedido pelo patrão em acordo como forma de pagamento de parte de seu salário.

Outra propriedade que converteu grandes áreas de produção de alimentos em plantações de cana-de-açúcar foi a Fazenda Estrela (foto 12), localizada aproximadamente a 05 km de Itaberaí (GO) na rodovia que liga Itaberaí (GO) à Calcilândia (GO).

Foto 12 – Canavial ao lado de um laranjal na fazenda Estrela.



Autor: SANTOS, W.R., 2011.

Entrevistado, o filho, autorizado pelo proprietário aponta que há cerca de três anos é plantada cana na propriedade em sistema de fornecedor próprio, e diz que acha que a propriedade é a única que fornece cana autônoma no município. O negócio da cana-de-açúcar aparentemente é bem visto na propriedade, sendo que as informações foram concedidas pelo filho do proprietário sem nenhum tipo de restrição ou medo.

A área total da propriedade é de 968 hectares, sendo que 803 hectares estão ocupados com a cana-de-açúcar que é vendida para o Grupo Farias, sendo que a média de produção da propriedade por safra é de 130 toneladas por hectare (anual), pela qual é paga R\$ 70,00 (setenta reais) por tonelada, mas o corte da cana e o transporte são por conta do proprietário, sendo que ele pode pagar o próprio Grupo Farias ou terceirizar para fazer estes serviços.

A área com cana-de-açúcar já foi ocupada com outras lavouras: soja, milho, sorgo. Alguns produtos eram muito vendidos para os Armazéns Boa Safra (milho), de Itaberaí (GO), e para empresa Super Frango (milho), também de Itaberaí (GO), para criadores de gado da região (sorgo) e para empresas de Anápolis(GO).

Hoje na propriedade ainda é produzido milho de pamonha, milho grão, milho doce, milho de semente, laranja e tomate, em área bem reduzida pela cana-de-açúcar (foto 13).

Foto 13 – Laranjal na Fazenda Estrela.



Autor: SANTOS, W.R., 2011.

O milho e o tomate são colhidos e transportados também pelo proprietário, sendo que o tomate é vendido para a empresa Unilever (Arisco de Goiânia). Existe ainda pastagem e um confinamento bovino na propriedade (foto 14).

Foto 14 – Confinamento à esquerda e lavoura de milho ao fundo ao Lado da Lavoura de Cana-de-Açúcar na Fazenda Estrela.



Autor: SANTOS, W.R., 2011.

Perguntado sobre os motivos que levaram à migração para a cana-de-açúcar, respondeu que os custos de investimentos são menores e os lucros são maiores. Explica que

uma lavoura de cana-de-açúcar leva cerca de 5 anos para ter de ser replantada, e aí se planta outro alimento no local por um ano para recuperação do solo e se planta cana novamente.

A área onde existe uma placa de instalações da usina do Grupo Farias pertence ao proprietário da fazenda Estrela, que afirma que a placa foi colocada, mas que a área não foi vendida por ele ao Grupo Farias porque não deram negócio (não concretizaram a venda).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho percebe-se a relevância e a complexidade do atual modelo de agricultura, bem como seus impactos e suas interdependências com outros setores, como a economia e a política, por exemplo. As consequências disso são de formas e proporções muito diferenciadas, levando quase sempre a uma relação social desigual, onde a prioridade não é a produção de alimentos, mas sim a acumulação de capital.

Tendo como recorte o município de Itaberaí (GO) pode-se afirmar que neste município a presença desse modelo de agricultura tem gerado modificações significativas na estrutura agrícola local, contribuindo para um acirramento das diferenças sociais e ambientais, não levando em consideração a produção de diversos outros alimentos: tomate, milho, e, principalmente arroz e feijão.

Em Itaberaí (GO) a produção de alimentos é feita pelo agronegócio e pela agricultura familiar, sendo que o agronegócio tem participação maciça nessa produção e está sendo o maior responsável pela redução da produção de alimentos diversos em função do avanço da agricultura canavieira, pois é nas fazendas de médio e grande porte que essa nova cultura agrícola tem se instalado até o momento, já que as usinas tem manifestado prioridade por essas propriedades.

Muitas fazendas produtoras de cana-de-açúcar atualmente deixaram de produzir alimentos para produzirem cana-de-açúcar, e seus responsáveis manifestaram as vantagens comerciais da cana sobre outros alimentos como fator determinante na mudança da produção. Isso leva o município de Itaberaí (GO) a ser um exemplo local de manifestação da supremacia de agronegócio sucroagroenergético sobre a produção de alimentos, tendência comum no Brasil em função do avanço da agricultura canavieira.

A partir daí percebe-se modificações na estrutura agrícola do município que vão além da substituição das plantações: modifica-se o espaço local, as relações do trabalhador com a terra, o perfil social da população, dentre outros fatores que tem interligação e que vão além das particularidades de cada um, e que acima de tudo modifica as relações ambientais.

REFERÊNCIAS

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Área dos imóveis rurais pequenos, médios e grandes.** Presidente Prudente: Unesp, 2003. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/mapas/estrutura_fundiaria/incra/pgm_triang_2003_b.jpg>. Acesso em: 12 Jun. 2011.

BRASIL, 2011. **Selo Combustível Social.** Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/>> Acesso em: 29 Mai. 2011.

BRASIL, 2011. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Anuário estatístico da agroenergia** 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/anuario_agroenergia/index.html#> Acesso em: 17 Abr. 2011.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Petrópolis: Vozes; Ijuí: Fidene, 1988, p. 44-50/104-109.

CARVALHO, Simone Pereira de. **Agricultura familiar e agroindústria canaveira: integrações e contradições.** Goiânia: UFG, 2008. Dissertação de Mestrado. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Agronegócio. Universidade Federal de Goiás.

CASTRO, Selma Simões de; BORGES, Raphael de Oliveira; AMARAL, Rosane. **Estudo da expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás: subsídios para uma avaliação de impactos ambientais.** Goiânia: UFG, 2007. Disponível em: <http://arruda.rits.org.br/oeco/reading/oeco/reading/pdf/estudo_preliminar_area_expansao_cana_sbpc.pdf>. Acesso em: 15 Out. 2010.

CASTRO, Selma Simões de (coord.). **A expansão da cana-de-açúcar na Alta Bacia do Rio Araguaia – Go: potenciais de impactos ambientais.** Projeto do Programa de Pós Graduação em Geografia - IESA/UFG, Goiânia: UFG, 2008.

CPT (Comissão Pastoral da Terra)-Regional Goiás. **Realidade e conflitos no campo: Goiás 2010.** Goiânia: Scala, 2011.

DIÁRIODOPRESAL. **Empresa com participação da Petrobrás inicia colheita de cana-de-açúcar 100% mecanizada em GO.** Disponível em: <<http://diariodopresal.wordpress.com/2011/05/07/empresa-com-participacao-da-petrobras-inicia-colheita-de-cana-de-acucar-100-mecanizada-em-go/#more-9675>> Acesso em: 27 dez. 2011.

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. Uma tentativa de reconstrução teórica do campesinato. In: Unidades familiares de produção: uma integração teórica. Apresentado no Congresso de Alasru – Porto Alegre, novembro de 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Teoria e política agrária: subsídios para pensar a educação do campo.** I Seminário do Pronera, Vitória (ES) – 01 de outubro de 2004. Disponível em: <http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo/down/cdrom1/pdf/i_04.pdf> Acesso em: 12 Jun. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança.** Unesp Presidente Prudente, setembro de 2003. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf>. Acesso em: 02 Out. 2011.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. *Agrária*, São Paulo, n.8, p.73-98, 2008. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/8/Texto5_girardi.pdf>. Acesso em: 29 Mai. 2011.

GOIÁS. Secretaria do Estado de Gestão e Planejamento. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br>>. Acesso em: 20 Jul. 2010.

WIKITAVEL. **Regions of Goiás.** Disponível em: <[http://wikitravel.org/pt/Imagem:Regions_of_Goiás_\(pt\).png](http://wikitravel.org/pt/Imagem:Regions_of_Goiás_(pt).png)>. Acesso em: 10 Out. 2011.

GUIMARÃES, A. **Da revolução agrícola à revolução industrial.** In: **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 25-56.

BRASIL, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). **Cidades.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 Jan. 2011.

INFOESCOLA. **Geografia de Goiás.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/geografia-de-goias/>> Acesso em: 10 Abr. 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Presidente Prudente: UNESP, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf>. Acesso em 15 Ago. 2011.

MENDONÇA, Francisco. Geografia sociambiental. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea.** Curitiba. UFPR, 2002.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar: quantos ancoradouros!** Unesp (s.d). Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura_Familiar.pdf> Acesso em: 30 Jun. 2011.

OLIVEIRA, Eduardo Lima de; FERREIRA, Osmar Mendes. **Avaliação do crescimento das indústrias sucroalcooleiras do estado de Goiás.** Goiânia: UCG, 2007. Disponível em: <<http://www.ucg.br/ucg/prope/cpgss/ArquivosUpload/36/file/>>. Acesso em: 23 Jul. 2011.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Reordenamento territorial e produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** Tese do doutorado apresentada à Universidade Estadual de São Paulo – Campus de Presidente Prudente - no Programa de Pós-Graduação em Geografia, com apoio da Fapesp. Presidente Prudente: UNESP, 2009.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. (Coleção Repensando a Geografia). 7 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Estudos Avançados 15 (43), 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a15.pdf>>. Acesso em: 12 Jun. 2011.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1 ed. São Paulo-SP: Labur Edições, 2007.

PIETRAFESA, José Paulo. **A expansão canavieira em Goiás: sustentabilidade ou mito?** Artigo. Goiânia: UniEvangélica, s.d. Disponível em: <http://www.unievangelica.edu.br/noticias/1847/artigo_expansao_canavieira.pdf>. Acesso em: 30 Abr. 2011.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Produção de alimentos e agrocombustíveis no contexto da nova divisão mundial do trabalho**. Dossiê. São Paulo: Revista Pegada, vol. 9, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA91/04-9-1-MariaAparecidaMoraesSilva.pdf>>. Acesso em: 07 Ago. 2011.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e do rio de álcool”**. *Agrária*, São Paulo, n.2, p.2-39, 2005. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/2/silva_mam.pdf>. Acesso em: 01 Mar.2011.

SOUSA, Eduardo Leão de; MACEDO, Isaias de Carvalho (Coord. e Org.). **Etanol e bioeletricidade: a cana de açúcar no futuro da matriz energética**. São Paulo: Unica, 2009. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/search.asp>>. Acesso em: 23 Jul. 2011.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física (?) Geografia ambiental (?) ou Geografia e ambiente (?). In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba. UFPR, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ENTREVISTA AO PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITABERAÍ (GO).

ENTREVISTA-SINDICATO (Agricultura Familiar)

1. Como está a situação da agricultura familiar diante do atual cenário de produção de cana-de-açúcar no município?
2. A relação do trabalhador com a terra mudou após a consolidação do agronegócio canavieiro?
3. Tem havido resistências ao setor canavieiro por parte dos pequenos agricultores ou eles tem aderido essa nova prática agrícola de forma tranqüila?
4. Há programas do governo federal de apoio á produção agrícola para pequenos agricultores no município? Quais?
5. Estes programas tem chegado de forma efetiva aos agricultores familiares?
6. O Sindicato Rural tem programas próprios de apoio a estes agricultores?
7. Há ainda muitos agricultores familiares no município?
8. Qual a renda média da das propriedades?
9. Frente ao atual cenário da cana-de-açúcar no município os pequenos agricultores tem deixado de produzir para arrendar suas terras às usinas? O Sindicato tem conhecimento se houve redução na produção de alimentos básicos (arroz e feijão, e outros alimentos) nos últimos anos?

ENTREVISTA-SINDICATO (Trabalho na Lavoura de Cana-de-Açúcar)

1. Quais são as vantagens do trabalho na cana-de-açúcar?
2. E as desvantagens?
3. Quais são as ações dos sindicatos para garantir o direito dos trabalhadores?
4. Qual é a origem dos trabalhadores da lavoura de cana-de-açúcar do município?

APÊNDICE B – AUTORIZAÇÃO DE ENTREVISTA AO PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITABERAÍ (GO).

Termo de Autorização

Eu

Jose Jackson Ribeiro

autorizo que as informações concedidas, em entrevista gravada, sejam utilizadas no relatório de pesquisa de trabalho de conclusão de curso, assim como em artigos a serem publicados em periódicos e eventos científicos.

Fui informado(a) que a pesquisa objetiva analisar o impacto da cultivo da cana-de-açúcar em Itaberaí (GO) sobre a produção de alimentos.

Estou ciente que a minha identidade poderá ser inferida mediante a leitura do relatório da pesquisa

Itaberaí (GO) 23 de Maio de 2011.


Assinatura

C.F. 5.725 654 SSP/GO

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TRABALHADORES NAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR DE ITABERAÍ (GO).

QUESTIONÁRIO-SINDICATO (Trabalhadores na Lavoura de Cana-de-Açúcar)

Idade: _____

Sexo: Masc. () Femin. ()

1. Você mora no meio urbano de Itaberaí?

() Sim () Não

Em que setor?-----

2. Situação da residência:

() Própria () Alugada () Mora de favor () Outros

3. Tem esposa?

() Sim () Não

4. E Filhos?

() Sim () Não Quantos? ()

5. Você é de qual estado do Brasil?-----

6. Qual seu trabalho na lavoura?

() Cortador () Gerente () Encarregado () Motorista de Ônibus () Motorista de Caminhão () Motorista de Trator () Queimador do Canavial () Outros.

7. A renda do trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar é suficiente para sobreviver?

() Sim () Não

8. Você gosta de trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar?

() Sim () Não

9. Quem oferece comida e água?

() O Próprio Trabalhador () A Empresa () Outros

10. Você trabalha quantos dias na semana?

() 2 () 4 () 5 () 6 () 7

11. Você trabalha quantas horas por dia?

() 1 a 5 () 5 a 8 () 8 a 10 () 10 a 12 () Mais de 12

12. O trabalho na lavoura oferece riscos?

() Sim () Não Quais?-----

13. Qual sua renda média mensal na lavoura de cana?

() Menos de um salário () 1 a 2 salários () 2 a 4 salários () 4 a 6 salários () Mais de 6 salários